

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALINI MOIK

**AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: ANÁLISE SOBRE A CENTRAL DE AUDIÊNCIA DE
CUSTÓDIA DE CURITIBA**

CURITIBA
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALINI MOIK

**AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: ANÁLISE DA CENTRAL DE AUDIÊNCIA DE
CUSTÓDIA DE CURITIBA**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito de aprovação na disciplina DIR402 – Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Bacharelado em Direito – Habilitação em Direito do Estado, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a. Katie Silene Cáceres Argüello

CURITIBA
2017

TERMO DE APROVAÇÃO

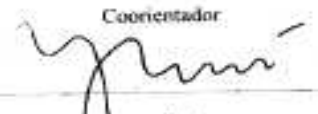
ALINI MOIK


AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: ANÁLISE SOBRE A CENTRAL DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA DE CURITIBA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de
Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de
Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte
banca examinadora:



KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO
Orientador

Coorientador

PRISCILLA PEACHÁ SÁ - Direito Penal e
Processual Penal
Primeiro Membro

JACSON LUIZ ZILIO
Segundo Membro


DEDICATÓRIA

Dedicar este trabalho é muito pouco frente o que significam para mim as pessoas que amo, porém no momento é uma das formas de demonstrar meu amor e agradecimento por tudo.

Dedico o presente trabalho aos meus pais Maria de Lourdes Vicente e Alfredo Moik que são a razão da minha vida e as pessoas mais incríveis do universo.

Dedico ao Diego C. de Bittencourt, meu melhor amigo, noivo e companheiro de todas as horas. É uma das pessoas que mais amo e admiro nesse mundo, obrigada por tudo e por fazer parte da minha vida.

Dedico a todas as pessoas que amo e aos que estão ausentes, em especial, minha Tia, Dirce Machado que sempre foi motivo de inspiração.

RESUMO

O intuito da audiência de custódia é resguardar as garantias da pessoa presa, dentre elas, sua integridade física a análise justa do caso concreto e avaliação pelo magistrado das condições da prisão, colocar freios aos abusos cometidos por agentes do Estado, bem como, da manutenção ou não, da prisão preventiva. Implantada no Brasil e em Curitiba - Estado do Paraná, no ano de 2015, trata-se de um instrumento novo e diante dos elogios e críticas é importante mostrar a sua realidade. Nesse viés o presente trabalho tem por escopo a análise da Audiência de Custódia e seus aspectos jurídicos e sociais, bem como da Central de Audiência de Custódia de Curitiba por meio de estatística pormenorizada. As reflexões e análises realizadas ao longo do presente trabalho foram feitas por meio de dados acerca da atual situação do sistema prisional brasileiro e mais especificamente das estatísticas criadas e que foram disponibilizadas pela própria Central de Audiência de Custódia de Curitiba. A análise realizada teve por enfoque os principais resultados da Central de Curitiba e os temas que geram mais expectativas sobre seus resultados. Dessa forma, buscou-se demonstrar por meio dos dados compilados ao longo dos dois anos de implementação da Central em Curitiba os índices de flagrantes, o número de audiências de custódia realizadas, as denúncias de violência policial, a prisão preventiva, bem como, o perfil acerca da pessoa presa que foi submetida a audiência dentre outros pontos importantes. Além disso, buscou-se demonstrar a dinâmica desse instrumento como também a visão de figuras que fazem parte desse cenário a exemplo do juiz que atua na Central de Audiência de Custódia e o Promotor de Justiça. Pretende-se com o trabalho desenvolvido trazer a realidade desse sistema por meio de dados atualizados desde a criação da Central de Audiências em Curitiba e todos os aspectos sociais e jurídicos que estão envolvidos em seu funcionamento.

Palavras-chave: audiência de custódia; garantias fundamentais; Central de Audiência de Custódia de Curitiba; análise de dados.

ABSTRACT

The purpose of the custody hearing is to safeguard the prisoner's guarantees, among them, his or her physical integrity, the fair analysis of the concrete case and evaluation by the magistrate of the conditions of the prison, to curb the abuses committed by agents of the State, as well as maintenance or not, from pre-trial detention. Implanted in Brazil and Curitiba - State of Paraná, in the year 2015, it is a new instrument and in the face of praise and criticism it is important to show its reality. In this bias the present work has as scope the analysis of the Hearing of Custody and its juridical and social aspects, as well as of the Hearing Center of Custody of Curitiba by means of detailed statistic. The reflections and analyzes carried out throughout the present work were made through data about the current situation of the Brazilian prison system and more specifically of the statistics created and that were made available by the Audit Center of the Custody of Curitiba. The analysis carried out focused on the main results of the Central de Curitiba and the topics that generate the most expectations about its results. Thus, we sought to demonstrate, through the data compiled over the two years of implementation of the Central in Curitiba, the indices of flagrantees, the number of custody hearings conducted, reports of police violence, pre-trial detention, and profile of the arrested person who was submitted to the hearing among other important points. In addition, we sought to demonstrate the dynamics of this instrument as well as the vision of figures who are part of this scenario, such as the judge who acts in the Hearing Center of Custody and the Promoter of Justice. This work intends to bring the reality of this system through updated data since the creation of the Hearing Center in Curitiba and all the social and legal aspects that are involved in its operation.

Keywords: custody hearing; fundamental guarantees; Hearing Center of Custody of Curitiba; data analysis.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - INFOPEN - População Prisional Mundial	p. 13
--	-------

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - INFOPEN - Evolução da taxa de aprisionamento no Brasil.....	p. 14
Figura 2 - Andamento dos Processos CACC referente ao ano de 2015.....	p. 52
Figura 3 - Andamento dos Processos CACC referente ao ano de 2016.....	p. 53
Figura 4 - Andamento dos Processos CACC referente ao ano de 2017.....	p. 54
Figura 5 - Estatísticas CACC - Dados sobre pessoas presas - por cor.....	p. 55
Figura 6 - Estatísticas CACC - Nível de Escolaridade.....	p. 55
Figura 7 - Estatísticas - CACC - Dados sobre a violência policial.....	p. 60
Figura 8 - Dados Estatísticos/Mapa das Implantações - CNJ.....	p. 66
Figura 9 - Estatísticas - CACC - Prisão preventiva magistrada 1º.....	p. 67
Figura 10 - Estatísticas - CACC - Prisão preventiva magistrado 2º.....	p. 68
Figura 11 - Estatísticas - CACC - Prisão preventiva magistrado 3º.....	p. 69
Figura 12 - Estatísticas - CACC - Prisão preventiva magistrado 4º.....	p. 69
Figura 13 - Estatísticas - CACC - Prisão preventiva magistrado 5º.....	p. 70
Figura 14 - Estatísticas - CACC - Prisão preventiva magistrado 6º.....	p. 71
Figura 15 - Estatísticas - CACC - Prisão preventiva magistrado 7º.....	p. 71
Figura 16 - Estatísticas - CACC - Prisão preventiva magistrado 8º.....	p. 72
Figura 17 - Estatísticas - CACC - Prisão preventiva magistrado 9º.....	p. 73
Figura 18 - Estatísticas - CACC - Prisão preventiva magistrado 10º.....	p. 74
Figura 19 - Estatísticas - CACC - Prisão preventiva magistrado 11º.....	p. 75
Figura 20 - Estatísticas - CACC - Medidas cautelares.....	p. 76
Figura 21 - Estatísticas - CACC - Resultados gerais da Central de Audiência de Custódia.....	p. 80
Figura 22 - Estatísticas CACC - Índices de Reincidência.....	p. 81

LISTA DE ABREVIATURAS

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Art. – artigo

CACC – Central de Audiência de Custódia de Curitiba

CADH - Convenção Americana sobre Direitos Humanos

CEDH - Convenção Europeia de Direitos Humanos

CIDH - Corte Interamericana de Direitos Humanos

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CF - Constituição Federal

CP - Código Penal

CPP - Código de Processo Penal

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

Inc. - Inciso

INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

SISTAC - Sistema de Audiência de Custódia

STF - Supremo Tribunal Federal

TCE/PR - Tribunal de Contas do Estado do Paraná

TJ/PR - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO NA ATUALIDADE	12
2.1 Do Sistema Prisional do Paraná.....	15
3. DAS ESPÉCIES DE PRISÕES NO BRASIL.....	18
3.1 Dos Princípios Basilares das Medidas Cautelares	18
3.2 Prisão Preventiva	23
3.3 Prisão Temporária.....	25
3.4 Prisão Domiciliar	26
3.5 Das Medidas Cautelares Diversas da Prisão	27
3.6 Da Prisão em Flagrante.....	33
4. DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA.....	35
4.1 Definição de Audiência de Custódia.....	38
4.2 Projeto de Lei do Senado 554/2011	40
4.3 Projeto Piloto da Audiência de Custódia - Resolução CNJ nº 213/2015.....	41
4.4 Implantação da Central de Audiência de Custódia em Curitiba	46
5. DA COMPILAÇÃO DE DADOS DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA DE CURITIBA.....	48
5.1 Análise e Comparação dos dados da Audiência de Custódia de Curitiba.....	50
5.2 Da Prisão em Flagrante.....	50
5.3 Perfil das Pessoas Detidas.....	54
5.4 Dos Maus Tratos	58
5.5 Prisão Preventiva	63
5.6 Da conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva: dados de todos os juízes que atuaram na Central de Audiência de Custódia em Curitiba	65
5.7 Do emprego das Medidas Cautelares Diversas da Prisão	76
5.8 Dados gerais sobre a Audiência de Custódia.....	78
5.9 Entrevistas com autoridades judiciais da Central de Audiência de Custódia de Curitiba.....	82

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

1. INTRODUÇÃO

Tratados Internacionais de Direitos Humanos preveem os direitos e garantias das pessoas presas, diante disso a audiência de custódia é prevista como um instrumento que reforça esses direitos.

A audiência de Custódia é prevista há mais 20 anos em tratados Internacionais, mas somente no ano de 2015 foi implantada no Brasil. Trata-se de um instrumento que visa controlar os abusos cometidos pelo poder executivo e assegurar um procedimento justo de acordo com o caso concreto.

Tendo em vista a importância desse instituto, denominado como um instrumento do processo penal, no presente trabalho o primeiro capítulo teve como foco demonstrar o panorama acerca da origem do sistema penitenciário, logo após é realizada uma reflexão com apresentação de dados acerca do sistema prisional brasileiro e no Paraná.

A seguir serão apresentadas as espécies de prisões contempladas pela audiência, além disso, os requisitos principiológicos que devem ser seguidos para a aplicação de cada espécie de prisão e das medidas diversas da prisão.

Ressalta-se ainda, os tratados Internacionais de Direitos Humanos e a implantação pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) das audiências de Custódia no Brasil, a sua definição e o projeto de Lei 554/2011 que está tramitando no Senado Federal e a Resolução 213/2015 que regula a nível nacional as audiências e seus procedimentos.

No último capítulo, busca-se apresentar sobre o projeto piloto da audiência de custódia em Curitiba. Por meio de dados compilados pela própria Central de Audiências pretende-se demonstrar os índices de prisão preventiva, liberdade provisória, denúncias de violência policial, entre outros aspectos como: os índices de reincidência e o perfil social das pessoas que passaram pela audiência.

Ainda, a fim de ouvir as partes envolvidas, foi realizada uma entrevista com o Juiz e Promotor que atualmente atuam na Central de Audiências de Custódia.

Busca-se fazer uma análise do instrumento e a realidade da Central de Curitiba e seus resultados ao longo dos seus dois anos de implantação.

2. O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO NA ATUALIDADE

O Brasil está entre os países com maior população carcerária do mundo e conta com índice de ressocialização inexpressiva, pois o sistema, entre outras falhas, é extremamente precário e não possui condições de reinserir o preso novamente na sociedade.

Denota-se que a população carcerária no Brasil é formada em sua grande maioria por negros e pobres de baixa escolaridade, essa realidade advém desde os primórdios, quando a população em geral cultuava o aprisionamento como uma solução imediata e que, ao seu entender, mais surtia resultados. Dessa forma, uma parcela da população constituída pelas pessoas já excluídas da sociedade são as que mais fazem mais parte dos índices do sistema penitenciário.

Depreende-se que essa restrição à liberdade individual é em prol de um bem maior, e conseqüentemente dá ao Estado o direito de punir para a manutenção desse bem coletivo.

Observa-se que mesmo na atualidade, apesar do reconhecimento de direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição Federal, Tratados e Convenções Internacionais, em muitos casos, os direitos mais básicos do cidadão são violados.

O estado possui, como mencionado anteriormente, o poder de punir é corresponsável pelas infrações, já que o mesmo possui o condão de oferecer estruturas e acesso a esses direitos a toda população.

Constata-se que no computo das infrações cometidas, grande parte da parcela dos infratores são de indivíduos socialmente excluídos e que voltam a cometer delitos mesmo após a passagem pelo sistema penitenciário.

O sistema prisional é parte do conjunto de mecanismos de controle social que uma sociedade mobiliza para punir a transgressão da lei. No entanto, esse sistema é utilizado como um instrumento de exclusão e seletividade de condutas que induzam a punir as classes sociais inferiores.

É notório que o índice de aprisionamento no Brasil não surtiu efeito na redução da criminalidade, de forma que seria necessário repensar a forma do aprisionamento como política pública e buscar outros métodos mais eficazes de

combater a criminalização. A realidade do sistema prisional brasileiro demonstra que o sistema penal aplicado não promove a reinserção do indivíduo na sociedade.

Esse cenário pode ser comprovado através dos dados do Departamento Penitenciário (DEPEN), que por meio do Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN) de junho e dezembro de 2014, fez um levantamento sobre a capacidade de estrutura do sistema carcerário. Os dados demonstraram a superlotação e a consequente necessidade de criação de mais presídios no Brasil.

Trata-se somente de uma solução imediata, significa colocar “panos quentes”, buscando contornar a situação e achar que isso irá resolver os problemas, pois a realidade demonstra que conforme houver mais presídios, mais vagas serão necessárias e assim sucessivamente.

Segundo dados do INFOPEN (2014, p.12), de dezembro, o Brasil está entre os vinte países com maior população prisional, sendo que na atualidade o sistema prisional brasileiro é o quarto do mundo em número de pessoas, apenas atrás dos Estados Unidos com 2.228.424, China 1.657.812 e Rússia 673.818.

TABELA 1 - Dados do INFOPEN - Países com maior população prisional do mundo

Quadro 2 - Países com maior população prisional do mundo

Posição	País	População Prisional	Ano de Referência
1	Estados Unidos da América	2.217.000	2013
2	China	1.657.812	2014
3	Rússia	644.237	2015
4	Brasil	622.202	2014
5	Índia	418.536	2014
6	Tailândia	314.858	2015
7	México	255.138	2015
8	Irã	225.624	2014
9	Turquia	176.268	2015
10	Indonésia	173.713	2015

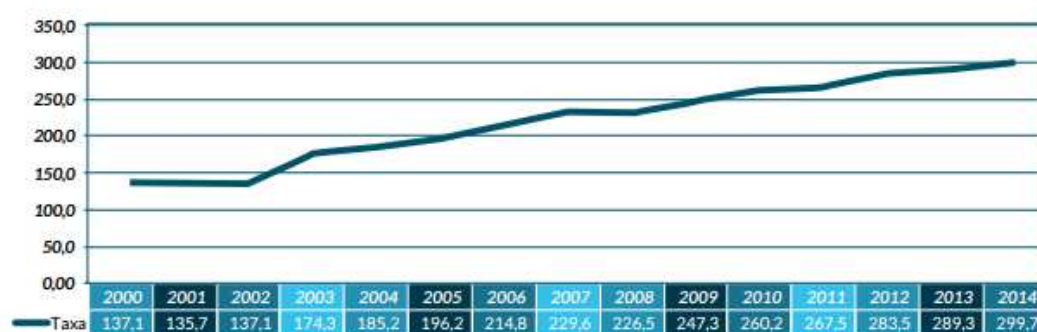
Fonte: Elaboração própria, com dados do ICPR, último dado disponível para cada país.

De acordo com o INFOPEN (2012, p. 18), entre os anos de 2000 e 2014 o aumento da taxa de aprisionamento subiu cerca de 167,32%, resultando num número muito acima do crescimento populacional do Brasil. Em pouco espaço de tempo a população prisional subiu para 622.202 presos, contendo um déficit de 250.318 vagas.

Os dados do primeiro semestre de 2014 do INFOPEN (2014, p. 16), revelam que no ano 2000 havia 137 presos para cada 100 mil habitantes, já em 2014 o índice subiu para 299,7 presos para cada 100 mil habitantes. Depreende-se que se esse ritmo de encarceramento se mantiver, até em 2022 a população prisional do Brasil irá ultrapassar um milhão de indivíduos e em 2075, uma em cada dez pessoas, estará privada de liberdade. (INFOPEN, 2012, p. 18).

Figura 1 - Dados do INFOPEN - Evolução da taxa de aprisionamento no Brasil.

Figura 5. Evolução da taxa de aprisionamento no Brasil



Fonte: Infopen, junho/2014

Na atualidade, entre prisões Federais e Estaduais, existem no Brasil 1.424 unidades. Ao todo são 377.000 vagas, onde a região Sudeste lidera com a maior capacidade média entre as unidades prisionais com 485 vagas, seguida da região sul com 317 vagas, da região Centro Oeste com 148 vagas, região Norte 145 vagas e por último a região Nordeste com 128 vagas. (CNJ- Relatório de Gestão, 2017, pag. 27).

Essa realidade é materializada pelos dados do INFOPEN (2016, p.28) o qual revela um sistema precário e desestruturado com diversas irregularidades. Também os dados disponíveis no relatório sobre “A visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro”, demonstram a inutilização de recursos públicos pelos

convênios firmados entre os Estados e a União para investimento em seus sistemas prisionais.

A situação é comum a muitas penitenciárias, que sofrem com rebeliões e outras arbitrariedades, pela falta de estrutura e a superlotação. Diante das falhas e um sistema altamente repressivo, torna-se impossível o reingresso do preso na sociedade. Esse cenário é descrito no trecho do Relatório de Gestão do CNJ:

O que se evidenciou nas visitas da Comissão foi que a grande maioria das unidades prisionais do País possui uma distribuição espacial inadequada, tanto quanto aos internos como à segurança dos agentes prisionais. As celas e os pavilhões de celas alojam mais presos do que sua capacidade permite, gerando revoltas e tornando mais perigoso o trabalho de funcionários, já desmotivados e desprestigiados pela sociedade. O espaço gerado pelas construções é o local que a maioria dos atores envolvidos no sistema prisional frequenta constantemente, devendo oferecer condições mínimas de conforto, higiene, segurança, necessárias à ressocialização dos internos para posterior reingresso na sociedade. A forma como o espaço é arquitetado pode permitir ou limitar as ações dos atores envolvidos no Sistema, gerando assim condições benéficas ou maléficas, facilitando ou dificultando a segurança. (CNJ – RELATÓRIO DE GESTÃO, 2017, p. 29).

As prisões não cumprem com o seu papel “ressocializador” da população carcerária, que nas condições atuais só aumenta e como consequência a necessidade da criação de mais presídios.

Os dados apresentados demonstram que em décadas não tivemos uma solução ou resultados positivos no combate ao cometimento de crimes. A posição do Brasil no ranking mundial de populações carcerárias pode justificar que a ideologia aplicada na cultura é de repressão e encarceramento como forma de solução para a criminalidade.

2.1 Do Sistema Prisional do Paraná

O cenário atual do sistema prisional e os resultados não poderiam ser diferentes no que tange o Paraná. O Relatório de Análise Preliminar do Sistema Penitenciário desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCEPR) em 2017 buscou fiscalizar a gestão do sistema prisional do Paraná e a efetividade

de políticas ressocializadoras, bem como mapear informações acerca das unidades penitenciárias.

Conforme dispõe o Relatório do TCEPR, (2017, p. 3), um dos objetivos dessa fiscalização é verificar a crise prisional em nível nacional e a necessidade de ação conjunta de todos os órgãos públicos na busca de solução para esses problemas.

Importante salientar que o propósito desta monografia é analisar a implantação da Central de Audiências de Custódia em Curitiba e as perspectivas acerca de seus efeitos e resultados.

Com previsão nos Tratados e Convenções, as audiências de custódia se apresentam como um importante instrumento no combate a superlotação carcerária e a defesa de direitos fundamentais, justificando a relevância das reflexões no decorrer de cada capítulo.

Portanto alguns dados são pertinentes para o conhecimento da situação do sistema prisional do Paraná.

O "Relatório de Análise Preliminar do Sistema Penitenciário do Paraná", de novembro de 2016, demonstra que o Estado conta com 33 unidades penais. (RELATÓRIO - TCEPR, 2017).

Por meio do relatório do INFOPEN (2014, p. 25), de dezembro de 2014, a população carcerária no Estado do Paraná era de 28.004 presos, sendo 18.278 vagas das quais 52,19% são ocupadas por presos provisórios.

O Estado do Paraná apresenta um déficit de 1.134 vagas, de forma que se fosse contabilizada somente as unidades com superlotação, o déficit alcançaria 1.796 vagas. Ainda contabilizando somente o regime fechado, são 420 vagas no total, sendo que 606 vagas estavam ocupadas, apresentando o déficit de 186 vagas de acordo com dados relativos a novembro de 2016 (RELATÓRIO - TCE-PR, p. 7).

Outra realidade é o número de presos encarcerados sob custódia da Polícia Civil do Estado, os dados do TCEPR (2017, p. 8) demonstram a superlotação e o déficit de 5.320 vagas em todas as regionais da Polícia Civil.

Entre os aspectos de maior relevância considerados pela Comissão instituída do TCEPR no âmbito da Polícia Civil estão:

1. Superlotação de presos nas carceragens e cadeias públicas devido a possível "represamento" de indivíduos nessas unidades, em razão do déficit

de vagas no sistema penitenciário. Esse aspecto é relevante também por ser situação quase exclusiva do Estado do Paraná, conforme dados de 2014;

2. Condições precárias de infraestrutura das carceragens das delegacias e cadeias públicas, muitas das quais estão interditadas há anos pela Justiça; (...) (RELATÓRIO - TCEPR, 2017, p. 19).

Diante dos dados expostos, cabe salientar os apontamentos feitos pelo autor Alessandro Baratta, que em sua obra cita a inversão dos resultados buscados pelas instituições prisionais na teoria. O autor ressalta que os efeitos contrários são produzidos, dentre eles a reinserção social e reeducação do condenado que não ocorrem resultando na sua permanência no mundo do crime, conforme a seguir:

A comunidade carcerária tem, nas sociedades capitalistas contemporâneas, características constantes, predominantes em relação às diferenças nacionais, e que permitiram a construção de um verdadeiro e próprio *modelo*. As características deste modelo, do ponto de vista que mais nos interessa, podem ser resumidas no fato de que os institutos de detenção produzem efeitos contrários à reeducação e à reinserção do condenado, e favoráveis à sua estável inserção na população criminosa. O cárcere é contrário a todo moderno ideal educativo, porque este promove a individualidade, o auto-respeito do indivíduo, alimentado pelo respeito que o educador tem dele. As cerimônias de degradação no início da detenção, com as quais o encarcerado é despojado até dos símbolos exteriores da própria autonomia (vestuários e objetos pessoais), são o oposto de tudo isso. A educação promove o sentimento de liberdade e de espontaneidade do indivíduo: a vida no cárcere, como universo disciplinar, tem um caráter repressivo e uniformizante. (BARATTA, 1999 p.184).

É importante ressaltar que o relatório do TCEPR (2017, p. 21) aponta para a “Superlotação e más condições das carceragens das Delegacias de Polícia e das cadeias públicas do Estado do Paraná, impactando as atividades próprias da Polícia Civil e em desacordo com a legislação de execução penal.”.

A atual estrutura do sistema carcerário reúne problemas e demonstra a necessidade de maior preocupação por parte do poder executivo perante a superlotação e das condições físicas das estruturas.

Resta demonstrado pelo Relatório do TCEPR a preocupação com as condições do sistema penitenciário do Paraná, bem como da superlotação conforme trecho do documento:

Segundo os dados constantes no *Business Intelligence (BI)*³ do Mapa Carcerário do Estado, em novembro de 2016, constavam 18.103 vagas nos presídios a cargo do DEPEN, porém custodiando 19.237 detentos. O total de vagas disponibilizadas nas carceragens da Polícia Civil em novembro de 2016, segundo dados do BI, era de 4.417, contudo abrigavam 9.737 detentos à época.

Diante dessa realidade, a equipe passou a considerar não apenas aspectos ligados às condições do sistema prisional, mas buscou analisar o contexto mais amplo, abarcando os processos e as entidades responsáveis desde a entrada do preso no sistema, o cumprimento da pena e as condições ofertadas pelo Estado para os egressos.

Percebe-se que a prisão é a regra e não a exceção, diante disso, um dos objetivos da audiência de custódia é evitar prisões ilegais, arbitrárias ou ainda desnecessárias, estas que são as principais responsáveis pela superlotação dos presídios.

3. DAS ESPÉCIES DE PRISÕES NO BRASIL

Para o entendimento do sistema penitenciário, da função e os reflexos das audiências de Custódia, é interessante analisar as espécies de prisões, dentre elas o flagrante delito, as cautelares e seus princípios basilares.

3.1 Dos Princípios Basilares das Medidas Cautelares

A partir do ano de 2011, com a reforma do Código de Processo Penal, surgiram medidas diversas da prisão, redação dada pela Lei nº 12.403.

De acordo com o autor Aury Lopes Junior (2014, p. 571) as medidas cautelares de natureza processual penal “buscam garantir o normal desenvolvimento

do processo, e como consequência, a eficaz aplicação do poder de penar. São medidas destinadas à tutela do processo."

A dignidade da pessoa humana é um dos princípios basilares da Constituição Federal (CF) de 1988 e serve de alicerce para o nosso Estado Democrático de Direito. Desse princípio originam-se outros que limitam a atuação do Estado e o seu poder de punir de forma a respeitar o contraditório e a ampla defesa e demais direitos fundamentais da pessoa humana.

Segundo o autor Renato Brasileiro (2014, p. 815), é possível a aplicação das medidas cautelares diante de riscos que venham a comprometer a atuação jurisdicional, no entanto elas devem respeitar princípios e requisitos legais.

A adoção dessas medidas possui o condão de atenuar riscos visando garantir a eficiência do processo e impedir prejuízos. Elas devem seguir os pressupostos legais para serem aplicadas, desse modo, não podendo ser decretadas quando da ausência de algum deles. (BRASILEIRO, 2014, p. 816).

Exige-se para a aplicação de uma prisão cautelar a existência do *fumus commissi delicti* (a prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria) e o *periculum libertatis* (perigo que decorre do estado de liberdade do suspeito). São requisitos sem os quais a prisão preventiva não poderá ser decretada.

O art. 5º LVII, da Constituição assegura o princípio da presunção de inocência, tal princípio dispõe acerca da vedação da aplicação de pena antes da sentença penal condenatória transitado em julgado. Trata-se de um princípio regente das medidas cautelares, pois alguma restrição da liberdade de ir e vir do detido será aplicada antes da condenação definitiva. Decorre desse direito fundamental que o infrator é considerado inocente até que venha a decisão penal.

Dessa forma, deverá o juiz analisar o caso concreto e com a devida cautela aplicar uma medida cautelar de forma a não desvirtuar a sua finalidade. Nesse viés o autor Renato Brasileiro afirma sobre o desvio do propósito das medidas e a violação do princípio da presunção de inocência a exemplo da prisão preventiva:

Logo, a prisão preventiva não pode - e não deve — ser utilizada pelo Poder Público como instrumento de punição antecipada daquele a quem se imputou a prática do delito. Isso significa que a prisão cautelar não pode ser utilizada com o objetivo de promover a antecipação satisfativa da pretensão punitiva do Estado, pois, se assim fosse lícito entender, subverter-se-ia a finalidade da prisão preventiva, daí resultando grave comprometimento ao princípio da presunção de inocência. (BRASILEIRO, 2014, p. 816).

O art. 8, item 2.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), também prevê tal princípio mencionando que “toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa.”.

Como menciona o autor Aury Lopes Jr. (2014, p. 574) a jurisdicionalidade e motivação induzem que toda e qualquer prisão cautelar somente seja decretada por ordem judicial fundamentada. Asseverando tal princípio, cita-se o art. 93, IX, da Constituição Federal e o art. 315 do Código de Processo Penal (CPP), bem como o art. 5º, LIV da CF. Ainda, o art. 283 do CPP, ressalta o respeito ao princípio da jurisdicionalidade quando da ocorrência da prisão em flagrante delito ou só por ordem escrita e fundamentada.

Além disso, o art. 5º, inciso LXI da Constituição Federal dispõe que “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei”.

O contraditório conforme menciona o autor Aury Lopes Jr. (2014, p. 575), é cabível no caso do art. 282 § 3º do CPP, pois determina a intimação da parte contrária. Outra previsão está no art. 319 que exige o contraditório em relação a substituição, cumulação ou revogação da prisão preventiva no caso de descumprimento das condições impostas.

O princípio da provisionalidade está disposto no art. 282 § 4º e 5º do CPP, refere-se a presença ou não dos elementos que constituem o fato. No caso, diante da ausência de elementos deverá o juiz afastar quaisquer das medidas impostas e conceder a liberdade do detido, pois devem estar presentes o *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis*. (LOPES JR, 2014, p. 577).

A provisoriedade delimita um prazo para a duração da medida, pois ela não é definitiva e não pode acarretar ao detido a atribuição de uma pena antecipada, além disso, possui caráter de breve duração.

O autor Lopes Jr. (2014, p. 579) aponta a grande oportunidade que foi perdida com a reforma dada pela Lei 12.403/2011, de definir um prazo máximo para a duração da medida cautelar e de sanções no caso de excesso. Desse modo, será

acautelada uma situação por um determinado tempo, pois o período máximo deve ser até o trânsito em julgado.

O princípio da excepcionalidade traz a prisão preventiva somente como última medida a ser aplicada, ainda quando as demais medidas forem insuficientes conforme art. 282 §6º do CPP. Além disso, o art. 310 do CPP preceitua o caráter de excepcionalidade da medida, a qual deve ser aplicada diante da necessidade e da adequação.

A proporcionalidade segundo o autor Lopes Jr (2014, p. 581) consiste:

O Princípio da Proporcionalidade vai nortear a conduta do juiz frente ao caso concreto, pois deverá ponderar a gravidade da medida imposta com a finalidade pretendida, sem perder de vista a densidade do *fumus commissi delicti* e do *periculum libertatis*. Deverá valorar se esses elementos justificam a gravidade das consequências do ato e a estigmatização jurídica e social que irá sofrer o acusado. Jamais uma medida cautelar poderá se converter em uma pena antecipada, sob pena de flagrante violação à presunção de inocência.

O princípio da legalidade está previsto no art. 5º, II e LXV, da CF e no art. 7, itens 2 e 3, da CADH. Tendo em vista que a prisão antes do trânsito em julgado, de acordo com tal princípio, só poderá ocorrer nas hipóteses fixadas em lei.

Ainda temos os princípios do contraditório e da ampla defesa elencados no art. 5º, LV da CF, da reserva jurisdicional, do juiz natural e da fundamentação das decisões conforme o art. 282, § 2º e 311 ambos do CPP, bem como a fundamentação devida pelo juiz no art. 93, IX, da CF, por fim o princípio acusatório, que nesse caso o juiz gere o processo aplicando a medida cautelar de ofício a exemplo do art. 282§ 2º do CPP.

O art. 282 do CPP, com redação dada pela Lei 12.403/2011, preceitua requisitos para aplicação dessas medidas observando a necessidade e a adequação conforme:

Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a:

I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais;

II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.

§ 1º As medidas cautelares poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

§ 2º As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por

representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.

§ 3º Ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo.

§ 4º No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva (art. 312, parágrafo único).

§ 5º O juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

§ 6º A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319).” (NR)

As medidas cautelares apresentam-se sob três modalidades: reais, probatórias e pessoais, sendo que a última divide-se em prisão em flagrante, a preventiva e a temporária.

A nova redação dada pela Lei 12.403/2011 traz uma gama de medidas cautelares pessoais diversas da prisão ou substitutivas ao encarceramento cautelar. Com o sistema da referida Lei, a prisão deverá ser empregada somente nos casos de *ultima ratio*, ou seja, quando não houver outra solução cabível.

Importante salientar que a Resolução 2013/2015 do CNJ, preconiza a avaliação periódica das cautelares, tendo em vista que a população carcerária em sua maioria é integrada de presos provisórios que aguardam por anos a sua condenação:

É necessário, ainda, assegurar a reavaliação periódica das medidas aplicadas, de acordo com o disposto na Resolução 213/15 do CNJ. Considerando-se que um processo pode demorar anos até que se chegue a uma sentença, uma medida aplicada pelo tempo integral do processo pode ser efetivamente mais longa e danosa do que uma pena, quando e se esta for aplicada. (RES. CNJ, 2013, p. 18).

Diante do exposto, a audiência de custódia desempenha um papel relevante, pois além de garantir à apresentação do preso de forma imediata a autoridade competente, o qual permite um contato direto com o juiz, ainda consubstancia a garantia de fundamentação e análise do seu caso para a aplicação de uma das medidas cautelares.

Segundo o autor Raphael Melo (2016, p. 27), "na referida audiência, serão debatidas a necessidade de impor uma medida cautelar pessoal, inclusive a prisão, e, sendo necessária, a eleição daquela mais adequada ao caso concreto, dentre as

opções atualmente existentes, cuja maioria foi inserida no CPP pela Lei, 12.403/2011".

A aplicação de uma medida deve ser aquela mais condizente com o fim a que se destina, além disso, deve-se considerar as medidas menos aflitivas e danosas à pessoa.

3.2 Prisão Preventiva

À utilização do aprisionamento se deu de forma banalizada, a exemplo da prisão preventiva. Seu uso indiscriminado, antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, contribuiu para o grande número de encarceramento refletindo nos índices atuais de superlotação das cadeias. Portanto, um dos objetivos da reforma do Código de Processo Penal é controlar o uso da prisão como a regra.

A prisão preventiva possui o intuito de garantir a paz social, o andamento do processo e a sua efetividade, e se apresenta como a última providência ser empregada ao caso. Desse modo, ela não poderia, em tese, ser decretada de forma banalizada e como meio da antecipação da punição do acusado, pois isso consiste na iminente violação do princípio da presunção de inocência art. 5º, LVII da CF.

Como já mencionado, as audiências possuem também o condão de controlar o emprego da prisão preventiva, que é um dos grandes agravantes do hiperencarceramento e que acumula privações de liberdade sem julgamento e cautelares em geral, no mesmo sentido Renato Brasileiro dispõe:

[...] O simbólico da prisão imediata acaba sendo utilizado para construir uma (falsa) noção de eficiência do aparelho repressor estatal e da própria justiça. Com isso, o que foi concebido para ser excepcional torna-se um instrumento de uso comum e ordinário, desnaturando-o completamente. Nessa teratológica alquimia, sepulta-se a legitimidade das prisões cautelares, quadro esse agravado pela duração excessiva" (BRASILEIRO, 2014, p. 816).

Essa expectativa se dá pela possibilidade de reunião de elementos mais condizentes com o caso pelo juiz na audiência de custódia e assim proporcionam uma decisão mais justa. Com isso a conversão em prisão preventiva somente deverá ser aplicada após todas as possibilidades serem esgotadas.

Pode ser decretada durante o inquérito policial ou durante o processo penal, antes do trânsito em julgado, ainda pode ser de ofício por requerimento da autoridade policial, do querelante ou do Ministério Público conforme a seguir:

Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

Sobre esse artigo, o autor Lopes Jr (2014, p. 602) considera um perigo a possibilidade da prisão preventiva ser decretada de ofício, pois não há garantia da imparcialidade do juiz, além disso ele assume uma postura inquisitória.

A prisão preventiva deve obedecer a requisitos que tratam da necessidade ou não da sua aplicação. O art. 312 do CPP, em sua parte primeira, traz os motivos para autorizar o seu emprego e, no parágrafo único, dispõe acerca dos fundamentos que caracterizam e justificam tal prisão:

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011). Parágrafo único. A prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares (art. 282, § 4º).

Além disso, devem estar presentes os requisitos essenciais para a sua decretação, dispostos no art. 312 do CPP: o *fumus commissi delicti*, se trata da prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria e o *periculum libertatis* que compreende a garantia da ordem pública que visa assegurar a aplicação da lei penal dentre outros preceitos. (LOPES JR, 2013, p. 824).

Quando da aplicação da prisão preventiva, cabe ao juiz apresentar os motivos pelos quais entendeu inadequadas as medidas diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP. Além disso, o art. 313 do CPP elenca as hipóteses de incidência da prisão preventiva, a exemplo do crime doloso. Sendo confirmadas tais disposições pelo o autor (BRASILEIRO, 2014, p. 816):

(...) as modificações produzidas no CPP pela Lei nº 12.403/11. Segundo a nova redação conferida ao art. 282, §6º, do CPP, a prisão preventiva somente será determinada quando não for possível a sua substituição por

outra medida cautelar (art. 319). Nos mesmos moldes, de acordo com o art. 310, II, do CPP, o juiz somente decretará a prisão preventiva nas hipóteses dos arts. 312 e 313 deste Código, quando as medidas cautelares arroladas no art. 319 deste Código, adotadas de forma isolada ou cumulada, se revelarem inadequadas ou insuficientes.

O juiz poderá nos casos da prisão preventiva revoga-la, conforme o art. 316 do CPP, se acusar a falta de motivo para que ela seja mantida ou decreta-la novamente, no caso, de constatar causa que justifique sua manutenção.

Assim como as outras medidas cautelares a conversão da prisão em preventiva deve respeitar os princípios constitucionais como o princípio da presunção de inocência do acusado e demais princípios constitucionais.

A prisão deve ser excepcional, a exemplo da prisão preventiva que deve seguir requisitos para sua aplicação. Conforme dados trabalhados nos próximos pontos será possível observar que ela contribuiu para os altos índices de encarceramento no Brasil.

De acordo com o relatório do INFOPEN de 2014, a população carcerária é composta em sua maioria por presos provisórios, ou seja, presos que não tiveram decisão transitada em julgado, demonstrando que por anos tivemos uma banalização da privação de liberdade, tornando essa medida como regra no sistema penal.

Diante dessa realidade a audiência de custódia também é vista como um meio de limitar as prisões arbitrárias fornecendo mais ferramentas ao juiz e possibilitando a coleta de elementos para uma decisão mais justa.

.

3.3 Prisão Temporária

A prisão temporária advém da Lei 7.960/1989 e possui por escopo assegurar a investigação policial, por isso sua aplicação não se dá no curso do processo.

Assim, como nas outras medidas cautelares, os requisitos da necessidade e adequação devem ser respeitados, além disso, o juiz deve buscar aplicar medidas menos gravosas antes de aplicar a prisão temporária.

É a única prisão que possui prazo máximo fixado em lei. Até 5 dias prorrogáveis por igual período nos casos de extrema e comprovada necessidade e

30 dias no caso de crime hediondo, prorrogável por igual período, chegando até 60 dias conforme art. 2º, § 3º da Lei nº 8.072/90. Se extrapolado o prazo, o imputado deverá ser libertado de forma imediata.

O art. 1º da presente Lei dispõe acerca do cabimento dessa medida conforme:

I-quando imprescindível para as investigações do inquérito policial;
II-quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade;
III- quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes: homicídio doloso; sequestro ou cárcere privado; roubo; extorsão; extorsão mediante sequestro; estupro; atentado violento ao pudor; rapto violento; epidemia com resultado de morte; envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte; quadrilha ou bando; genocídio; tráfico de drogas; crimes contra o sistema financeiro.

Corroborando com essa disposição, o autor Lopes Jr (2014, p. 639), aponta que se trata de uma medida que visa atender os interesses da polícia e ressalta que esta possui autonomia, pois poderá dispor do investigado como entender.

O mesmo autor (2014, p. 639) ressalta, ainda, que a "prisão temporária cria todas as condições necessárias para se transformar em uma prisão para tortura psicológica, pois o preso fica à disposição do inquisidor".

3.4 Prisão Domiciliar

A prisão domiciliar consiste em uma excepcional forma de cumprimento de prisão de natureza cautelar ou advinda da sentença condenatória definitiva, onde o preso pode cumpri-la em sua residência seguindo todas as restrições legais.

Esse tipo de prisão está prevista no art. 317 e 318 do CPP, que prevê:

Art. 317. A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

I - maior de 80 (oitenta) anos; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

II - extremamente debilitado por motivo de doença grave; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).
~~IV - gestante a partir do 7º (sétimo) mês de gravidez ou sendo esta de alto risco. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).~~
IV - gestante; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)
V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)
VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)
Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial por motivos de natureza humanitária.

A prisão preventiva pode ser substituída pela domiciliar nos casos do art. 318 do CPP e ela impõe uma restrição ao acusado, porém ela respeita as condições do agente. Desse modo o juiz pode decretá-la quando:

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).
I - maior de 80 (oitenta) anos; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).
II - extremamente debilitado por motivo de doença grave; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).
III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).
IV - gestante; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)
V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)
VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)
Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo.

A Lei 12.403/2011, trouxe esse tipo de prisão com aspectos bem peculiares que devem ser respeitadas pelo juiz, logo que ela visa à proteção da vulnerabilidade do acusado.

Além disso, devem ser respeitados os mesmos requisitos e princípios das demais cautelares (LOPES. JR, 2014, p. 633). O juiz deve apreciar com ponderação e proporcionalidade o emprego dessa medida ao caso concreto e sempre de forma motivada, deve deferi-la ou não.

3.5 Das Medidas Cautelares Diversas da Prisão

A Lei 12.403/2011 trouxe um rol de alternativas que podem ser aplicadas dependendo do caso concreto e manter o acusado sobre controle sem que precise aplicar a prisão.

São medidas que exigem a presença do *fumus commissi delicti* e *periculum libertatis* e visam a possibilidade do emprego de uma restrição menos onerosa a pessoa presa.

Desse modo, desaparecendo os fundamentos ou requisitos durante a prisão preventiva, o agente deve ser libertado sem o emprego de medida alternativa (LOPES. JR., 2014, p. 622).

Importante ressaltar a parceria entre o Departamento Penitenciário Nacional e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que resultou na elaboração do “Manual de Gestão para Alternativas Penais: Medidas cautelares diversas da prisão”, lançado em 2016.

O referido trabalho foi produzido levando em consideração a audiência de custódia e os seus objetivos e diretrizes elencados a seguir, que foram estabelecidas e visam assegurar os fundamentos e as finalidades das cautelares diversas da prisão:

I. Reserva da lei ou da legalidade: A aplicação e o acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão devem se ater às hipóteses previstas na legislação, não sendo cabíveis aplicações de medidas restritivas que extrapolem a legalidade.

II. Subsidiariedade e intervenção penal mínima: É preciso limitar a intervenção penal ao mínimo e garantir que o uso da prisão seja recurso residual junto ao sistema penal, privilegiando outras respostas aos problemas e conflitos sociais. As intervenções penais devem se ater às mais graves violações aos direitos humanos e se restringir ao mínimo necessário para fazer cessar a violação, considerando os custos sociais envolvidos na aplicação da prisão provisória ou de medidas cautelares que imponham restrições à liberdade.

III. Presunção de inocência: A presunção da inocência deve garantir às pessoas o direito à liberdade, à defesa e ao devido processo legal, devendo a prisão preventiva, bem como a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão serem aplicadas de forma residual. A concessão da liberdade provisória sem ou com cautelares diversas da prisão é direito e não benefício, devendo sempre ser considerada a presunção de inocência das pessoas acusadas. Dessa forma, a regra deve ser a concessão da liberdade provisória sem a aplicação de cautelares, resguardando este direito sobretudo em relação a segmentos da população mais vulneráveis a processos de criminalização e com menor acesso à justiça.

IV. Dignidade e liberdade: A aplicação e o acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão devem primar pela dignidade e liberdade das pessoas.

Esta liberdade pressupõe participação ativa das partes na construção das medidas, garantindo a individualização, a reparação, a restauração das relações e a justa medida para todos os envolvidos.

V. Individualização, respeito às trajetórias individuais e reconhecimento das potencialidades: Na aplicação e no acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão, deve-se respeitar as trajetórias individuais, promovendo soluções que comprometam positivamente as partes, observando-se as potencialidades pessoais dos sujeitos, destituindo as medidas de um sentido de mera retribuição sobre atos do passado, incompatíveis com a presunção de inocência assegurada constitucionalmente. É necessário promover sentidos emancipatórios para as pessoas envolvidas, contribuindo para a construção da cultura da paz e para a redução das diversas formas de violência.

VI. Respeito e promoção das diversidades: Na aplicação e no acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão, o Poder Judiciário e os programas de apoio à execução deverão garantir o respeito às diversidades geracionais, sociais, étnico/raciais, de gênero/sexualidade, de origem e nacionalidade, renda e classe social, de religião, crença, entre outras.

VII. Responsabilização: As medidas cautelares diversas da prisão devem promover a responsabilização com autonomia e liberdade dos indivíduos nelas envolvidas. Nesse sentido, a aplicação e o acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão devem ser estabelecidos a partir e com o compromisso das partes, de forma que a adequação da medida e seu cumprimento se traduzam em viabilidade e sentido para os envolvidos.

VIII. Provisoriedade: A aplicação e o acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão devem se ater à provisoriedade das medidas, considerando o impacto dessocializador que as restrições implicam. A morosidade do processo penal poderá significar um tempo de medida indeterminado ou injustificadamente prolongado, o que fere a razoabilidade e o princípio do mínimo penal. Nesse sentido, as medidas cautelares diversas da prisão deverão ser aplicadas sempre com a determinação do término da medida, além de se assegurar a reavaliação periódica das medidas restritivas aplicadas.

IX. Normalidade: A aplicação e o acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão devem ser delineadas a partir de cada situação concreta, em sintonia com os direitos e as trajetórias individuais das pessoas a cumprir. Assim, tais medidas devem primar por não interferir ou fazê-lo de forma menos impactante nas rotinas e relações cotidianas das pessoas envolvidas, limitando-se ao mínimo necessário para a tutela pretendida pela medida, sob risco de aprofundar os processos de marginalização e de criminalização das pessoas submetidas às medidas.

X. Não penalização da pobreza: A situação de vulnerabilidade social das pessoas autuadas e conduzidas à audiência de custódia não pode ser critério de seletividade em seu desfavor na consideração sobre a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva. Especialmente no caso de moradores de rua, a conveniência para a instrução criminal ou a dificuldade de intimação para comparecimento a atos processuais não é circunstância apta a justificar a prisão processual ou medida cautelar, devendo-se garantir, ainda, os encaminhamentos sociais de forma não obrigatória, sempre que necessários, preservada a liberdade e a autonomia dos sujeitos. (MANUAL, 2016, pp. 24-26)

Desse modo, para a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, devemos observar também os princípios comuns as outras medidas

As medidas cautelares diversas da prisão são taxativamente apresentadas no art. 319 e isso significa que o juiz não tem discricionariedade para aplicar outras medidas senão estas elencadas na lei, que são:

- I - comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;
- II - proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar risco de novas infrações;
- III - proibição de manter contato com pessoa determinada, quando, por circunstância relacionada ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante;
- IV - proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução;
- V - recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos;
- VI - suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais;
- VII - internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração;
- VIII - fiança, nas infrações que admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial;
- IX - monitoração eletrônica."

Diante dessas hipóteses, cabe ressaltar um trecho do "Manual de Gestão para Alternativas Penais: Medidas cautelares diversas da prisão" que traz fatores que devem ser observados pelo juiz, tendo como referência a Resolução 213/2015 do CNJ, para aplicar as medidas diversas da prisão:

- I. A partir da apresentação de motivação para a sua decisão nos termos do art. 310 do CPP, resguardando o princípio da presunção de inocência, caberá ao juiz conceder a liberdade provisória ou impor, de forma fundamentada, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, somente quando necessárias, justificando o porquê de sua não aplicação quando se entender pela decretação de prisão preventiva;
- II. Garantir ao autuado o direito à atenção médica e psicossocial eventualmente necessária(s), resguardada a natureza voluntária desses serviços, a partir do encaminhamento às Centrais Integradas de Alternativas Penais ou órgãos similares, evitando a aplicação de medidas cautelares para tratamento ou internação compulsória de pessoas em conflito com a lei autuadas em flagrante com transtorno mental, incluída a dependência química, em desconformidade com o previsto no Art. 4º da Lei 10.216, de 2001 e no Art. 319, inciso VII, do Decreto-Lei 3.689, de 1941.
- III. Articular, em nível local, os procedimentos adequados ao encaminhamento das pessoas em cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão para as Centrais Integradas de Alternativas Penais ou órgãos similares, bem como os procedimentos de acolhimento dos

cumpridores, acompanhamento das medidas aplicadas e encaminhamentos para políticas públicas de inclusão social;

i. Nas Comarcas onde não existam as Centrais mencionadas, a partir da equipe psicossocial da vara responsável pelas audiências de custódia buscar-se-á a integração do autuado em redes amplas junto aos governos do estado e município, buscando garantir-lhe a inclusão social de forma não obrigatória, a partir das especificidades de cada caso.

IV. Articular, em nível local, os procedimentos adequados ao encaminhamento das pessoas em cumprimento da medida cautelar diversa da prisão prevista no Art. 319, inciso IX, do Código de Processo Penal, para as Centrais de Monitoração Eletrônica de Pessoas, bem como os procedimentos de acolhimento das pessoas monitoradas, acompanhamento das medidas aplicadas e encaminhamentos para políticas públicas de inclusão social.

V. Garantir o respeito e cumprimento às seguintes diretrizes quando da aplicação da medida cautelar de monitoração eletrônica:

a) Efetiva alternativa à prisão provisória: A aplicação da monitoração eletrônica será excepcional, devendo ser utilizada como alternativa à prisão provisória e não como elemento adicional de controle para autuados que, pelas circunstâncias apuradas em juízo, já responderiam ao processo em liberdade. Assim, a monitoração eletrônica, enquanto medida cautelar diversa da prisão, deverá ser aplicada exclusivamente a pessoas acusadas por crimes dolosos puníveis com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos ou condenadas por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Código Penal Brasileiro, bem como a pessoas em cumprimento de medidas protetivas de urgência acusadas por crime que envolva violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, sempre de forma excepcional, quando não couber outra medida cautelar menos gravosa.

b) Necessidade e Adequação: A medida cautelar da monitoração eletrônica somente poderá ser aplicada quando verificada e fundamentada a necessidade da vigilância eletrônica da pessoa processada ou investigada, após demonstrada a inaplicabilidade da concessão da liberdade provisória, com ou sem fiança, e a insuficiência ou inadequação das demais medidas cautelares diversas da prisão, considerando-se, sempre, a presunção de inocência. Da mesma forma, a monitoração somente deverá ser aplicada quando verificada a adequação da medida com a situação da pessoa processada ou investigada, bem como aspectos objetivos, relacionados ao processo-crime, sobretudo quanto à desproporcionalidade de aplicação da medida de monitoração eletrônica em casos nos quais não será aplicada pena privativa de liberdade ao final do processo, caso haja condenação.

c) Provisoriedade: Considerando a gravidade e a amplitude das restrições que a monitoração eletrônica impõe às pessoas submetidas à medida, sua aplicação deverá se atentar especialmente à provisoriedade, garantindo a reavaliação periódica de sua necessidade e adequação. Não são admitidas medidas de monitoração eletrônica aplicadas por prazo indeterminado ou por prazos demasiadamente elevados (exemplo: seis meses). O cumprimento regular das condições impostas judicialmente deve ser considerado como elemento para a revisão da monitoração eletrônica aplicada, revelando a desnecessidade do controle excessivo que impõe, que poderá ser substituída por medidas menos gravosas que favoreçam a autoresponsabilização do autuado no cumprimento das obrigações estabelecidas, bem como sua efetiva inclusão social.

d) Menor dano: A aplicação e o acompanhamento de medidas de monitoração eletrônica devem estar orientadas para a minimização de danos físicos e psicológicos causados às pessoas monitoradas eletronicamente. Deve-se buscar o fomento a adoção de fluxos, procedimentos, metodologias e tecnologias menos danosas à pessoa

monitorada, minimizando-se a estigmatização e os constrangimentos causados pela utilização do aparelho.

e) Normalidade: A aplicação e o acompanhamento das medidas cautelares de monitoração eletrônica deverão buscar reduzir o impacto causado pelas restrições impostas e pelo uso do dispositivo, limitando-se ao mínimo necessário para a tutela pretendida pela medida, sob risco de aprofundar os processos de marginalização e de criminalização das pessoas submetidas às medidas. Deve-se buscar a aproximação ao máximo da rotina da pessoa monitorada em relação à rotina das pessoas não submetidas à monitoração eletrônica, favorecendo assim a inclusão social. Assim, é imprescindível que as áreas de inclusão e exclusão e demais restrições impostas, como eventuais limitações de horários, sejam determinadas de forma módica, atentando para as características individuais das pessoas monitoradas e suas necessidades de realização de atividades cotidianas das mais diversas dimensões (educação, trabalho, saúde, cultura, lazer, esporte, religião, convivência familiar e comunitária, entre outras).

Além disso, outros fatores são de observância fundamental, principalmente para os custodiados apresentados nas audiências de custódia, conforme diretrizes do CNJ e em parceria com outros órgãos.

Em síntese, trata-se de medidas que protegem a liberdade do indivíduo e afastam o encarceramento, reforçando que a liberdade é a regra e a prisão a excepcionalidade.

São de caráter substitutivo, onde a prisão preventiva deve ser usada em último caso. Elas podem ser aplicadas nos crimes cuja pena máxima é igual ou inferior a 4 (quatro) anos, nas quais é vedada a prisão preventiva.

Uma das grandes preocupações, segundo o autor Lopes Jr, (2014, p. 622), é o risco da utilização massiva dessas medidas, as quais não podem “ser banalizadas e servir para aumentar a intervenção penal de forma injustificada. Tampouco podemos desprezar a gravidade que elas impõem.”.

São formas de controle onde indivíduo fica adstrito a determinada condição e o estado detém o poder controlá-lo, nesse viés o autor Lopes Jr (2014, p. 623) aponta:

O problema reside exatamente na banalização do controle, de modo que condutas de pouca reprovabilidade penal e que até agora não ensejaram qualquer tipo de controle cautelar (até pela desnecessidade), passem a ser objeto de intensa incidência de restrições. O que se busca com a reforma é reduzir o campo de incidência da prisão cautelar e não criar um maior espaço de controle estatal sobre a liberdade individual.

Acredita-se, que mesmo diante dos empecilhos e riscos, elas se apresentam como uma forma de desviar a prisão como praxe, situação que alimenta a cultura do

encarceramento, onde se entende que a solução é somente prender. Além disso, essas medidas podem alterar o sistema cautelar prisional apresentando-se como uma forma de controle do emprego de outras medidas mais gravosas.

Toda medida cautelar deve pautar-se pela menor danosidade possível, inclusive no que tange à estigmatização do imputado.

3.6 Da Prisão em Flagrante

A prisão em flagrante não necessita de ordem expressa e fundamentada da autoridade judiciária, pois, diante do delito praticado é necessária uma medida célere.

Possui previsão no art. 5º inciso LXI da Constituição Federal "ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei". (CF, 1988) e nos artigos 301 ao 310 do código de processo penal.

De acordo com o autor Fernando Capez (2009, p. 263) a:

Prisão em flagrante é, portanto, medida restritiva de liberdade, de natureza cautelar e processual, consistente na prisão, independente de ordem escrita do juiz competente, de quem é surpreendido cometendo, ou logo após ter cometido um crime ou contravenção.

Para Tourinho Filho (1998, p. 421), a prisão em flagrante "se justifica como salutar providência acautelatória da prova da materialidade do fato e da respectiva autoria".

Há diversos tipos de prisão em flagrante, a exemplo do flagrante próprio ou perfeito, quando o agente é surpreendido praticando o delito (art. 302, I e II); do improprio ou imperfeito, ou quase flagrante, caracteriza-se quando da perseguição do agente logo após a ocorrência do delito pelo ofendido ou por qualquer pessoa, assim presume-se ser ele o autor da infração previsão no art. 302, inciso III do CPP. (LOPES JR, 2013, pp. 56-57).

Ainda temos o flagrante presumido ou ficto, previsto no art. 302, inciso IV, do CPP, quando logo após o crime o agente é encontrado com objetos que façam presumir ser ele o autor do crime; flagrante compulsório ou facultativo, disposto no art. 301 do CPP, prevê que as autoridades policiais e seus agentes ou qualquer pessoa do povo poderão prender quem seja encontrado em flagrante. (Melo, 2016, p. 89).

A prisão em flagrante priva o indivíduo de sua liberdade, situação que deverá ser permeada pelo princípio da legalidade e da tipicidade processual, pois o delito praticado deve ser típico. Essa disposição se coaduna com as subdivisões da prisão em flagrante elencadas anteriormente e no art. 302 do CPP quais sejam:

Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:

- I - está cometendo a infração penal;
- II - acaba de cometê-la;
- III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;
- IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

Segundo os autores Oliveira, “et al”, (2017, p. 148), várias mudanças foram trazidas pela Lei 12.403/2011, incluindo o art. 310 do CPP e os seus efeitos decorridos da prisão em flagrante, as quais embora não tenha perdido o caráter cautelar, foram limitadas a condição de uma espécie especial de prisão administrativa pré-cautelar, assim, seus efeitos a partir da análise da sua legalidade pela autoridade judiciária são exauridos.

A prisão em flagrante apresenta-se como uma medida pré-cautelar, no sentido de que não se detém a garantir o resultado final do processo, o juiz é quem fica encarregado de aplicar ou não uma medida cautelar ao indivíduo detido.

Se a prisão for ilegal, compete a autoridade judicial relaxá-la, ainda, o juiz deve aplicar de forma fundamentada as medidas do art. 310 do CPP quais sejam:

- I - relaxar a prisão ilegal; ou
 - II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou
 - III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.
- Parágrafo único. Se o juiz verificar, pelo auto de prisão, que o agente praticou o fato nas condições constantes dos incisos I a III do caput do art. 23 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, poderá, fundamentadamente, conceder ao acusado liberdade provisória,

mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais, sob pena de revogação. (NR).

De acordo com a Lei 12.403/11, esse tipo de prisão não se trata de uma medida cautelar, pois, não mantém ninguém preso durante a persecução penal. O papel da audiência de custódia no caso da prisão em flagrante é imprescindível, pois o detido possui o direito de ter contato com a autoridade judiciária segundo o art. 306 § 1º do CPP:

A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada". (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

§ 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

Desse modo, em até 24 horas deverá ser realizada a audiência de custódia conforme o art. 1º da Resolução 2013/2015 a seguir:

Art. 1º Determinar que toda pessoa presa em flagrante delito, independentemente da motivação ou natureza do ato, seja obrigatoriamente apresentada, em até 24 horas da comunicação do flagrante, à autoridade judicial competente, e ouvida sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão.

Sabe-se que adversidades aparecem mesmo com todas as disposições legais, a realização da audiência de custódia visa a celeridade, pois pode ocasionar prejuízos aos procedimentos e ao detido, no entanto, ainda há questões a serem aprimoradas nesse quesito. Espera-se uma justa aplicação das medidas pelo juiz e que sempre decida fundamentadamente para restringir ou não os direitos do suspeito.

4. DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Os tratados Internacionais de Direitos Humanos são importantes instrumentos de direitos e obrigam os Estados, que aderiram, a reproduzir e

respeitá-los. O Brasil ratificou inúmeros Tratados e Convenções os quais possuem importante papel no direito interno conforme a autora Flávia Piovesan menciona:

Atente-se que o Direito Internacional dos Direitos Humanos, com seus inúmeros instrumentos, não pretende substituir o sistema nacional. Ao revés, situa-se como direito subsidiário e suplementar ao direito nacional, no sentido de permitir sejam superadas suas omissões e deficiências. (PIOVESAN, 2013, p. 241).

A Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH), adotada pelo Conselho da Europa, em Roma no dia 04 de novembro no ano de 1950, fez a primeira menção sobre a apresentação do preso sem demora a presença do juiz em um prazo razoável. Menção prevista no art. 5º, item 3:

3. Qualquer pessoa presa ou detida nas condições previstas no parágrafo 1, alínea c), do presente artigo deve ser apresentada imediatamente a um juiz ou outro magistrado habilitado pela lei para exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada num prazo razoável, ou posta em liberdade durante o processo. A colocação em liberdade pode estar condicionada a uma garantia que assegure a comparência do interessado em juízo¹ (CEDH, 1950, p. 6).

A Convenção Americana de Direitos Humanos também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, foi assinada em San José na Costa Rica, 1969 e entrou em vigor em 1978. O Brasil ratificou esse tratado em 25 de setembro de 1992, porém, só com o Decreto 678 de 6 de novembro de 1992 passou a ter validade no ordenamento jurídico brasileiro²

Importante ressaltar que em seu art. 2º, reforça o compromisso dos estados partes, pois deverão tomar providências a fim de tornar efetivos os direitos e liberdades previstos nessa convenção.

Além disso, é garantido no art. 5º, do Pacto de San José da Costa Rica, o direito à integridade pessoal, desse modo, a audiência de custódia representa um instrumento para averiguar casos de torturas e abusos por parte de policiais. Nesse viés o item 2 do referido artigo dispõe: “Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da

¹ **Convenção Europeia dos Direitos do Homem.** 1950. Disponível em: <http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf>. p. 6. Acesso em 29 set. 2017

² **BRASIL. Decreto - Lei nº 678, de 6 de novembro de 1992.** Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>. Acesso em 29 set. 2017.

liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano³.”

O art. 7º, ainda do Pacto de São José da Costa Rica, prevê o direito à liberdade pessoal, e a justa análise da condição da pessoa presa e necessidade da manutenção da sua prisão:

Artigo 7º Direito à liberdade pessoal

1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais.
2. Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas constituições políticas dos Estados Partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas.
3. Ninguém pode ser submetido a detenção ou encarceramento arbitrários.
4. Toda pessoa detida ou retida deve ser informada das razões da sua detenção e notificada, sem demora, da acusação ou acusações formuladas contra ela.
5. Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo.
6. Toda pessoa privada da liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente, a fim de que este decida, sem demora, sobre a legalidade de sua prisão ou detenção e ordene sua soltura se a prisão ou a detenção forem ilegais. Nos Estados Partes cujas leis preveem que toda pessoa que se vir ameaçada de ser privada de sua liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente a fim de que este decida sobre a legalidade de tal ameaça, tal recurso não pode ser restringido nem abolido. O recurso pode ser interposto pela própria pessoa ou por outra pessoa.
7. Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar. (CIDH)⁴

O art. 7º, item 5, preceitua a apresentação sem demora do preso a presença do juiz ou outra autoridade, bem como a sua liberdade ou aplicação de medidas diversas da prisão. Enfatizando o direito do detido a ser julgado dentro de um prazo razoável.

O Brasil também ratificou o Pacto Internacional dos Direitos Civil e Políticos aprovado em 1966 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que em seu art. 9º,

³ **Convenção Americana de Direitos Humanos (1969) Pacto de São Jose da Costa Rica.** Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>>. Acesso em 04 out. 2017.

⁴ **Comissão Interamericana de Direitos Humanos.** 1959. Disponível em: <<https://cidh.oas.org/que.port.htm>>. Acesso em: 29 set. 2017.

item 3, dispõe acerca da apresentação sem demora do acusado a autoridade judicial e a garantia de seus direitos processuais:

§1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais. Ninguém poderá ser preso ou encarcerado arbitrariamente. Ninguém poderá ser privado de sua liberdade, salvo pelos motivos previstos em lei e em conformidade com os procedimentos nela estabelecidos. §2. Qualquer pessoa, ao ser presa, deverá ser informada das razões da prisão e notificada, sem demora, das acusações formuladas contra ela. §3. Qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade. A prisão preventiva de pessoas que aguardam julgamento não deverá constituir a regra geral, mas a soltura poderá estar condicionada a garantias que assegurem o comparecimento da pessoa em questão à audiência e a todos os atos do processo, se necessário for, para a execução da sentença. §4. Qualquer pessoa que seja privada de sua liberdade, por prisão ou encarceramento, terá o direito de recorrer a um tribunal para que este decida sobre a legalidade de seu encarceramento e ordene a soltura, caso a prisão tenha sido ilegal. §5. Qualquer pessoa vítima de prisão ou encarceramento ilegal terá direito à reparação.

Conforme analisado, a audiência de custódia é prevista há muito tempo nos tratados e convenções internacionais supracitados, no entanto, durante décadas foi ignorada a sua necessidade frente aos direitos fundamentais positivados.

Sabe-se que a prisão é a excepcionalidade, portanto deve ser aplicada em último caso, porém, na atualidade mesmo com tantos mecanismos e alterações na justiça criminal, há violações e a constante banalização do uso da prisão, tornando-se principal vetor dos níveis altíssimos da população carcerária.

4.1 Definição de Audiência de Custódia

Em linhas gerais, a audiência de custódia é um instrumento de fiscalização dos procedimentos em torno da prisão em flagrante e a sua legalidade, bem como visa impedir a banalização da aplicação da prisão preventiva.

Diante disso, após décadas de inercia foi dado o passo inicial para a implantação do sistema da audiência de Custódia no Brasil.

A audiência de custódia ou de apresentação, decorre de instrumentos internacionais protetivos dos direitos humanos, desse fato podemos entender que

um dos seus objetivos é assegurar os direitos das pessoas presas. (ANDRADE; AFLEN, 2017, p.19).

Salienta os autores Oliveira “et al” (2017), o significado e objetivos da Audiência de Custódia:

A denominada audiência de apresentação ou de custódia é um instrumento de natureza pré-processual, embora sujeito ao contraditório, que pode ser definido como um ato destinado a concretizar o direito reconhecido a todo indivíduo preso, a ser conduzido, *sem demora*, à presença de uma autoridade judiciária (juiz, desembargador ou ministro, a depender da incidência, ou não de foro por prerrogativa) com o objetivo de que sua prisão em flagrante seja analisada, quanto a sua legalidade e necessidade e seja cessada a constrição, se ilegal, concedida liberdade provisória ou mesmo ratificada e fortalecida a prisão administrativa e pré-cautelar através da decretação da prisão preventiva, ou, ainda substituída por outra medida cautelar alternativa, se cabível, suficiente e adequada para o caso. (OLIVEIRA “et al”., 2017, p.118).

A audiência de custódia é resultado da busca pela proteção dos direitos das pessoas presas em flagrante, ela terá contato direto com o juiz facilitando a preservação dos seus direitos. O Defensor Caio Paiva salienta aspectos da Audiência e seus objetivos:

Como o ato de guardar, de proteger. A audiência de custódia consiste, portanto, na condução do preso, sem demora, à presença de uma autoridade judicial, que deverá, a partir de prévio contraditório estabelecido entre o Ministério público e a Defesa, exercer um controle imediato da legalidade e da necessidade da prisão, assim como apreciar questões de maus tratos ou tortura. (PAIVA, 2015, p. 31).

Nesse sentido, os autores Andrade e Aflen (2017, p. 21) em sua obra dispõem breves objetivos acerca da audiência de custódia, conforme:

Portanto, os objetivos da audiência de consistem em: a) averiguar a ocorrência de algum tipo de violência porventura praticada contra a pessoa apresentada, em particular, tortura ou maus-tratos, desde a efetivação de sua prisão cautelar por parte das autoridades públicas encarregadas do ato, até o momento de sua apresentação em audiência de custódia; b) identificar corretamente a pessoa apresentada, sobretudo, a fim de confirmar se ela é realmente a pessoa contra quem foi expedida a ordem de prisão; c) ouvir a pessoa apresentada acerca das circunstâncias em que se realizou sua prisão pelas autoridades públicas (cientificando-a, em todo caso, acerca da possibilidade do uso do direito constitucional ao silêncio; d) verificar a legalidade do ato de prisão, bem como se não se encontra extinta a punibilidade.

Além disso, ela possibilita a aplicação das espécies de prisão nos casos estritamente necessários, e possibilita o emprego das medidas diversas da prisão.

Importante ainda, ressaltar a menção do CNJ sobre o objetivo da Audiência de custódia:

A audiência de custódia tem por escopo assegurar o respeito aos direitos fundamentais da pessoa submetida à prisão, por meio de apreciação mais adequada e apropriada da prisão antecipada pelas agências de segurança pública do estado. Ela garante a presença física do autuado em flagrante perante o juiz, bem como o seu direito ao contraditório pleno e efetivo antes de ocorrer a deliberação pela conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva. Com isso, evitam-se prisões desnecessárias, atenuando-se a superlotação carcerária e os gastos que decorrem da manutenção de presos provisórios indevidamente intramuros. Finalmente, audiências de custódia permitem conhecer e tomar providências diante de possíveis casos de maus-tratos e de tortura. (CNJ, REL. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA, 2015, P. 5)

Pretende-se com ela garantir uma apreciação adequada da necessidade da prisão, principalmente da preventiva, responsável por grande volume da população carcerária.

No entanto, mesmo sendo prevista em tratados Internacionais de Direitos Humanos, e tendo o Brasil, os ratificado, saímos da inercia após mais de 20 anos, pois desde 1992 o Brasil possui o comprometimento de concretizar os direitos instituídos pelos tratados e convenções coletivas e somente em 2015 foi efetivamente instituída as audiências de custódia em todo território brasileiro.

4.2 Projeto de Lei do Senado 554/2011

O Projeto de Lei 554/2011, de iniciativa do Senador Antônio Carlos Valadares, regulamenta a audiência de Custódia, modificando a redação do artigo 306 do Código de Processo Penal. O projeto foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal e prevê procedimento de acordo com as disposições da Resolução 213/2015 do CNJ.

A nova redação do referido artigo 306 foi emendada e passa a dispor:

Art. 1º O art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 306.

§ 1º No prazo máximo de vinte e quatro horas após a prisão em flagrante, preso será conduzido à presença do juiz para ser ouvido, com vistas às medidas previstas no art. 310 e para que se verifique se estão sendo respeitados seus direitos fundamentais, devendo a autoridade judicial tomar as medidas cabíveis para preservá-los e para apurar eventual violação.

§ 2º Na audiência de custódia de que trata o parágrafo 1º, o Juiz ouvirá o Ministério Público, que poderá, caso entenda necessária, requerer a prisão preventiva ou outra medida cautelar alternativa à prisão, em seguida ouvirá o preso e, após manifestação da defesa técnica, decidirá fundamentadamente, nos termos art. 310.

§ 3º A oitiva a que se refere parágrafo anterior será registrada em autos apartados, não poderá ser utilizada como meio de prova contra o depoente e versará, exclusivamente, sobre a legalidade e necessidade da prisão; a prevenção da ocorrência de tortura ou de maus-tratos; e os direitos assegurados ao preso e ao acusado.

§ 4º A apresentação do preso em juízo deverá ser acompanhada do auto de prisão em flagrante e da nota de culpa que lhe foi entregue, mediante recibo, assinada pela autoridade policial com o motivo da prisão, o nome do condutor e os nomes das testemunhas.

§ 5º A oitiva do preso em juízo sempre se dará na presença de seu advogado, ou, se não o tiver ou não o indicar, na de Defensor Público, e na do membro do Ministério Público, que poderão inquirir o preso sobre os temas previstos no parágrafo 3º, bem como se manifestar previamente à decisão judicial de que trata o art. 310 deste código.” (NR)

Enquanto, a proposta estava tramitando no Senado, o CNJ antecipou tais disposições, lançando a Resolução 213/2015 por ato administrativo em todo o país. Esse projeto visa tornar lei as Audiências de Custódia, a qual é reconhecida como um importante instrumento em vários aspectos do cenário jurídico.

4.3 Projeto Piloto da Audiência de Custódia - Resolução CNJ nº 213/2015

As regras dispostas no Brasil devem ser interpretadas e adequar-se aos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, nesse viés a implantação da audiência de custódia efetiva as inúmeras garantias constitucionais.

Impulsionado pela situação atual do sistema carcerário nacional, através de iniciativa do poder judiciário, foi implantada a audiência de custódia. Após tentativas de afastar a sua incidência e implantação foi confirmada a sua constitucionalidade e necessidade.

Com a constituição de 1988 foi instaurado um regime político democrático no país, como também a proteção dos direitos fundamentais e os dispositivos legais atinentes a eles.

Conforme, Flavia Piovesan (2013, p. 89) a dignidade humana e a proteção dos direitos fundamentais tornaram-se objeto de proteção a nível prioritário internacional e nacional:

Assim, seja no âmbito internacional, seja no âmbito interno (à luz do Direito Constitucional ocidental), a dignidade da pessoa humana é o princípio que unifica e centraliza todo o sistema normativo, assumindo especial prioridade. A dignidade humana simboliza, desse modo, verdadeiro superprincípio constitucional, a norma maior a orientar o constitucionalismo contemporâneo, nas esferas local e global, dotando-lhe de especial racionalidade, unidade e sentido. (PIOVESAN, 2013, p. 89).

Ademais a constituição de 1988, conforme a autora Flávia Piovesan, com a primazia da proteção dos direitos humanos implica o engajamento do país no processo de elaboração de normas vinculadas ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, como também a busca pela integração de tais regras na ordem jurídica interna brasileira. (PIOVESAN, 2013, p, 93).

Desse modo, diante da pressão internacional, o Brasil foi obrigado a implantar, assim como em outros países da América Latina, a audiência de custódia. Tendo em vista ser signatário dos tratados e Convenções Internacionais, possui o dever de respeitar e integrar em seu ordenamento as disposições existentes em tais normas.

O direito de toda pessoa presa ser apresentada imediatamente a autoridade judiciária foi consagrada na CADH no art. 7º, 5, 1º parte, promulgada pelo Decreto 678/1992.

A instituição da audiência de custódia no Brasil gerou questionamentos de sua constitucionalidade, a exemplo do mandado de segurança impetrado pela Associação Paulista do Ministério Público, alegando que a audiência de custódia alteraria o código de processo penal, tal mandado foi rejeitado pelo TJSP⁵.

A despeito da ADI 5.240/2015, a Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL) questionou o provimento conjunto nº 03/2015 do Tribunal de

⁵ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. **Mandado de Segurança nº 2031658-86.2015.8.26.000**. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/dl/ms-audiencia-custodia-negado.pdf>>. Acesso em 05 out. 2017.

Justiça do Estado de São Paulo e da Corregedoria Geral da Justiça do Estado sobre as normativas da audiência de custódia⁶.

Questionavam que somente a União, por lei federal, poderia criá-la, no entanto, por meio da decisão do STF, restou firmado que o provimento questionado não interferiu na competência de outros poderes e estipulou apenas atos de mera organização administrativa. Ainda, que o procedimento apenas disciplinou normas vigentes constantes em tratados internacionais de direitos humanos e não houve qualquer inovação no ordenamento jurídico.⁷

Por intermédio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347/2015, o STF determinou, no prazo máximo de 90 dias e estendida para todos os Estados do País, que fosse viabilizado o comparecimento do preso perante a autoridade judiciária em até 24 horas da prisão em flagrante.⁸

Dessa forma o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 213/2015, a fim de instituir a regulação e implantação da audiência de custódia em todo o país.

Em 30/04/2015, foi apresentado o Projeto “Audiência de Custodia”, tendo como diretor o Ministro Enrique Ricardo Lewandowski. A Resolução 213/2015, de 15 de dezembro de 2015 do Conselho Nacional de Justiça aprovada na 223ª Sessão Ordinária, regula e disciplina todo o procedimento da audiência de custódia.

A audiência de custódia visa averiguar a legalidade, desde o momento da prisão em flagrante até o comparecimento do detido ao local de realização da audiência. Em especial, prima pela manutenção da liberdade do indivíduo e aplicação de medidas diversas da prisão ou a conversão da prisão em flagrante em preventiva, está que deve ser aplicada somente nos casos necessários e em caráter excepcional.

⁶ SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Ação Direta de Inconstitucionalidade. Provimento conjunto 03/2015 do Tribunal de Justiça de São Paulo. Audiência de Custódia.** Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10167333>>. Acesso em 06 out. 2017

⁷. **Plenário confirma validade de normas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sobre Audiência de Custódia.** ago. 2015. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=298112>>. Acesso 06 out. 2017.

⁸ **Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 Distrito Federal.** Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>>. Acesso em 06 out. 2017.

De forma clara e concisa o autor Raphael Melo compilou os procedimentos acerca da audiência de custódia, não se atendo aos empecilhos e possíveis falhas jurídicas e práticas decorrentes da sua realização, como menciona:

I) Em até 24 horas, contadas a partir da captura, a autoridade policial deverá comunicar à família do preso ou pessoa indicada e ao juiz competente (art. 5º, LXII da CF), ao membro do Ministério Público (art. 306, caput do CPP) e ao advogado ou à Defensoria Pública (art. 5, LXIII da CF), encaminhando também, no mesmo prazo, cópias do APF ao juiz, promotor e defensor. Embora a comunicação da prisão tenha caráter autônomo e seja anterior ao encaminhamento de cópia do APF, na prática será por meio do recebimento deste que o juiz, o Ministério Público e o defensor terão ciência da prisão, tudo isso no prazo de 24 horas iniciado com a captura (art. 306, § 1º do CPP e art. 1º § 1º da Resolução);

II) No mesmo prazo de 24 horas, o preso deverá ser comunicado pessoal e formalmente sobre a sua prisão, por meio da nota de culpa, na qual constará o motivo da prisão (art. 7º, 4º da CADH), a identificação do responsável (art. 5º LXIV da CF) e das testemunhas, como previsto no art. 306 § 2º do CPP);

III) A pessoa presa será apresentada ao juiz competente para a realização da audiência de custódia em até 24 horas, contadas da comunicação da prisão em flagrante, realizada por meio do encaminhamento de cópia do APF (art. 1º, *caput* e § 1º da Resolução). Dessa forma, como a comunicação do flagrante deve ser feita 24 horas após o ato inicial de privação da liberdade, podemos concluir que no prazo máximo de 48 horas após a captura será realizada a audiência de custódia. No caso de prisão determinada judicialmente, a audiência será realizada até 24 horas após o cumprimento do mandado;

IV) Antes de ser apresentado ao juiz, será assegurado à pessoa presa o atendimento prévio e reservado por advogado constituído ou defensor público, sem a presença de agentes policiais, sendo esclarecido por funcionário credenciado os motivos, fundamentos e procedimentos da audiência de custódia (art. 6ª da Resolução);

V) A audiência será realizada com a presença do Ministério Público e da Defensoria Pública, salvo se houver advogado constituído, sendo vedada a presença dos policiais responsáveis pela prisão ou pela investigação (art. 4º da Resolução);

VI) Na audiência de custódia, o juiz entrevistará o preso, que só pode estar algemado excepcionalmente, informando-lhe sobre os objetivos do ato e seu direito de permanecer em silêncio, não podendo formular perguntas com a finalidade probatória. A entrevista versará sobre as circunstâncias da prisão, sendo o mesmo questionado sobre a ciência e oportunidade de exercer os direitos constitucionais inerentes à sua condição, bem como sobre o tratamento recebido e, mais especificamente, sobre eventuais maus-tratos e tortura, determinando-se a realização de exame de corpo de delito, caso seja necessário. Cabe, ainda, ao magistrado, averiguar situações especiais, como gravidez, existência de filhos ou dependentes que estejam sob os cuidados da pessoa presa, doença grave, transtornos mentais, dependência química, para analisar os encaminhamentos assistenciais pertinentes, bem como concessão de liberdade provisória, com ou sem a imposição de medidas cautelares (art. 8º, incisos I a X, da Resolução);

VII) "Após a oitiva da pessoa presa em flagrante, o juiz deferirá ao Ministério Público e à defesa técnica, nesta ordem, reperguntas compatíveis com a natureza do ato, devendo indeferir perguntas relativas ao mérito dos fatos que possam constituir eventual imputação". Após, poderão requerer o relaxamento da prisão, concessão de liberdade provisória cumulada ou não

com medida cautelar diversa, decretação de prisão preventiva e a adoção de providências para preservar direitos dos presos (art. 8º, § 1º da Resolução);

VIII) O juiz, em decisão fundamentada, poderá relaxar a prisão, decretar prisão preventiva ou temporária ou conceder liberdade provisória, cumulada ou não com medidas cautelares diversas. Poderá ainda determinar providências para apuração de maus-tratos ou tortura relatada e encaminhamentos assistenciais;

IX) A oitiva da pessoa presa será registrada, preferencialmente, em mídia. A ata da audiência conterá, apenas e resumidamente, a decisão motivada do magistrado quanto à legalidade e manutenção da prisão, a liberdade provisória sem ou com a imposição de medidas cautelares diversas, considerando-se o pedido das partes e as providências tomadas em caso da constatação de tortura e maus-tratos. Será entregue cópia da ata à pessoa presa, seu defensor e ao Ministério Público, seguindo outra cópia, o APF e os antecedentes para livre distribuição (art. 8º, §§ 3º e 4º da Resolução);

X) Relaxada a prisão, concedida a liberdade provisória com ou sem fiança a imposição de medida cautelar alternativa à prisão, bem como quando houver o arquivamento do inquérito, o preso será prontamente colocado em liberdade, sendo informado sobre seus direitos e obrigações, salvo se existir outro motivo para continuar preso (art. 8º § 5º da Resolução);

XI) Todos os atos relevantes relacionados à audiência de custódia serão registrados, para fins estatísticos e de controle, no SISTAC, Sistema de Audiência de Custódia (art. 7º da Resolução). (MELO, 2016, pp.157-159).

Importante salientar que conforme cartilha de procedimentos da audiência de custódia do CNJ, os resultados esperados do referido instituto quais sejam:

- O relaxamento de eventual prisão ilegal (art. 310, I, do Código de Processo Penal);
- A concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança (art. 310, III, do Código de Processo Penal);
- A substituição da prisão em flagrante por medidas cautelares diversas (arts. 310, II, parte final, e 319 do Código de Processo Penal);
- A conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva (art. 310, II, parte inicial, do Código de Processo Penal);
- A análise do cabimento da mediação penal, o que evita a judicialização do conflito e corrobora para a instituição de práticas restaurativas;
- Encaminhamentos de natureza assistencial;
- O encaminhamento de providências para a apuração de eventual prática de maus-tratos ou de tortura durante a prisão. (CNJ - AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA, 2016, P. 5).

Deverá ainda o juiz dar ao Ministério Público e ao advogado do preso a palavra para que sejam realizadas perguntas sobre o ato, desde que não adentrando no mérito de modo a definir a melhor medida cabível conforme o art. 8 parágrafo 1º, CNJ 2013/2015:

§ 1º Após a oitiva da pessoa presa em flagrante delito, o juiz deferirá ao Ministério Público e à defesa técnica, nesta ordem, reperguntas compatíveis com a natureza do ato, devendo indeferir as perguntas relativas ao mérito dos fatos que possam constituir eventual imputação, permitindo-lhes, em

seguida, requerer: I – o relaxamento da prisão em flagrante; II – a concessão da liberdade provisória sem ou com aplicação de medida cautelar diversa da prisão; III – a decretação de prisão preventiva; IV – a adoção de outras medidas necessárias à preservação de direitos da pessoa presa.

A resolução do CNJ 213/2015, prevê todos os procedimentos a serem realizados desde a prisão em flagrante até a realização da audiência de custódia.

Embora a Lei. 12.403/2011 tenha instituído uma série de medidas cautelares diversas da prisão, ainda assim não reduziram os índices de prisões preventivas. Porém, com as audiências, a expectativa é de redução das prisões provisórias, pois ela visa assegurar ao preso a garantia de seus direitos. Nesse viés o autor Raphael Melo menciona em sua obra um dos resultados esperados das audiências de custódia em relação a redução da prisão preventiva:

Agora na audiência de custódia, com a participação da pessoa presa, do Ministério Público e da defesa, o controle da legalidade e da cautelaridade será dialético, permitindo individualizar melhor a medida cautelar cabível, reservando-se a prisão preventiva apenas para casos de extremo e reduzindo o encarceramento provisório. (Melo, 2016, p. 161)

Após um breve esboço da Resolução nº 213/2017 do CNJ, no próximo ponto será abordada a implantação da Central de Audiências de Custódia em Curitiba, considerando que um dos objetivos desse trabalho é demonstrar os resultados das audiências ao longo de sua implantação.

4.4 Implantação da Central de Audiência de Custódia em Curitiba

O Paraná foi o sétimo estado a implantar o projeto, tendo sido instalado no primeiro momento em São Paulo e em seguida no Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul⁹.

O termo de adesão pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), aderindo ao Termo de Cooperação Técnica nº 007/2015, para a implantação do projeto das audiências de custódia em Curitiba, foi assinado em 31 julho de 2015,

⁹ **Paraná poderá economizar R\$ 75 milhões ao ano com Audiência de Custódia.** ago. 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80037-parana-podera-economizar-r-75-milhoes-ao-ano-com-audiencia-de-custodia>>. Acesso em 07 out. 2017.

pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), do CNJ, o Ministro Ricardo Lewandoski e demais autoridades¹⁰.

O Projeto Piloto da Audiência de Custódia foi iniciado no Paraná em julho de 2015, no mesmo ano os estados de Londrina, Cascavel, Maringá e Foz do Iguaçu também implantaram o projeto.¹¹

A primeira audiência foi realizada em 31 de julho de 2015, no prédio anexo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, foi presidida pelo Juiz Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior que determinou a liberdade provisória de um jovem de 22 anos¹².

No dia 18 de dezembro de 2015, foi realizada a primeira Audiência na Central de Audiências de Custódia, com sede localizada no antigo prédio administrativo do Presídio do Ahú, possui aproximadamente 600,00m²¹³. A sua inauguração ocorreu em 15 de janeiro de 2016.

O presidente do CNJ e do STF, o Ministro Lewandowski, prevê que com a implantação do projeto, que o Estado do Paraná economizaria R\$ 75 milhões por ano. Ainda, o Ministro ressalta o fato de 25 mil pessoas terem sido presas no Estado entre janeiro e julho de 2015, e ainda, que continuando assim até o fim daquele ano, 50 mil pessoas estariam presas com o custo de R\$ 3 mil reais em média cada preso por mês. (CNJ - Audiência de Custódia, 2016, p. 30).

O ministro ainda salienta:

“Se conseguirmos, com as audiências de custódia, colocar em liberdade provisória mediante condições aqueles que não oferecem risco à sociedade, haverá economia de R\$ 75 milhões, o que não é desprezível”, disse o ministro. Nos estados em que foi implantado, o projeto tem conseguido reduzir de 40% a 50% o número de presos provisórios. (CNJ, AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA, 2016, P. 30).

¹⁰ BRASIL. Secretária da Segurança Pública e Administração Penitenciária. **Secretário acompanha a primeira audiência de Custódia no Centro de Custódia de Curitiba**. [2015]. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=9504>>. Acesso em 08 out. 2017.

¹¹ **Centro de Custódia de Curitiba realiza suas primeiras audiências**. dez. 2015. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset_publisher/1IKI/content/centro-de-custodia-de-curitiba-realiza-suas-primeiras-audiencias/18319?inheritRedirect=false>. Acesso em: 08 out. 2015.

¹² **Juiz aplica medida cautelar em primeira audiência de custódia do Paraná**. 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80039-juiz-aplica-medida-cautelar-em-primeira-audiencia-de-custodia-no-parana>>. Acesso em 08 out. 2017.

¹³ Op. Cit. dez. 2015.

No próximo ponto será feita uma análise dos dados referente a Central de Audiências de Custódia de Curitiba relacionando com as disposições da Resolução 213/2015 do CNJ.

5. DA COMPILAÇÃO DE DADOS DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA DE CURITIBA

Tendo em vista a necessidade da coleta de dados para a comprovação e verificação dos resultados da audiência de custódia, o CNJ desenvolveu uma ferramenta para a compilação das informações acerca do procedimento e desfecho da audiência.

O denominado Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC), visa traçar um perfil da porta de entrada do sistema prisional do País, e sistematizar o movimento criminal com maior precisão¹⁴.

Segundo o art.7º, § 1º, da Resolução 213/2015, esse sistema eletrônico possui o condão de facilitar a coleta de dados produzidos na audiência, e possui uma série de objetivos, dentre os quais estão a produção de estatísticas sobre o número de flagrantes, a conversão de prisão em preventiva, concessão de liberdade provisória, o registro de denúncias de torturas e maus-tratos, dentre outros.

O intuito é gerar relatórios estatísticos diários, com os dados decorrentes das audiências, além disso, verificar os índices de reincidência e casos de maus-tratos.¹⁵

Ainda, objetiva a compilação de dados em único sistema evitando a inclusão desses mesmos dados em sistemas diferentes e a identificação de possíveis empecilhos no desenrolar das audiências nos diversos Estados.

Atualmente, o sistema está sendo experimentado nos Estados do Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Tocantins e no Pará.

Quando da implantação da Central de Audiência de Custódia de Curitiba, diante da realidade das pessoas que passam pela central, o número de audiências

¹⁴ **Dados das audiências de custódia serão monitorados por sistema do CNJ.** out. 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80786-dados-das-audiencias-de-custodia-serao-monitorados-por-sistema-do-cnj>>. Acesso em 10 out. 2017.

¹⁵ Ibidem.

realizadas e todos os aspectos envolvidos ao perfil do detido e também sua vulnerabilidade, foi dado início a criação das estatísticas pela própria Central, que potencializa a análise dos resultados e futuras melhorias.

A planilha, que neste ponto será apresentada, foi gentilmente fornecida pelo Dr. Rubens dos Santos Junior, e será denominada como as Estatísticas da Central de Audiência de Custódia de Curitiba (CACC).

O sistema foi criado pelo servidor Diego Camilo de Bittencourt, e trata-se de dados primordiais, dentre eles os resultados detalhados sobre os presos, o crime, resultado na custódia, e até mesmo a análise do processo após a redistribuição para uma das varas criminais, assim possibilitando analisar se o resultado aplicado em audiência de custódia de fato surtiu efeito prático.

Para um entendimento melhor das estatísticas, a análise de dados criada na Central de Audiência de Custódia de Curitiba é dividida em 4 fases: **1ª** fase é analisado questões exclusivamente do Centro de audiência de Custódia, tais como o juiz que realizou a audiência, data da audiência, resultado da audiência e crime; na **2ª** fase é analisado o perfil do flagranteado como: naturalidade, onde mora, sexo, RG, idade, se possui renda mensal, pai e filhos (quantos), a sua cor, se possui vícios, a escolaridade e se já foi indiciado; a **3ª** fase é constituída da análise dos dados do crime como: a hora do crime, bairro que ocorreu, delegacia que realizou o flagrante, número do inquérito; na **4ª** e última fase, é realizado o acompanhamento processual, na qual é verificado para qual vara foi redistribuído o processo e o andamento, se existe recurso da decisão proferida em audiência de custódia e qual é o resultado deste recurso, se foi oferecido denúncia, se possui advogado, se existe sentença e qual foi a decisão. (ESTATÍSTICAS, CACC, 2017, p. 1).

A estatística, além de monitorar os números de flagrantes e resultados, também compila, por exemplo, a porcentagem da conversão da prisão em flagrante em preventiva por juízes que atuaram na Central de audiências, bem como, os dados de maus-tratos, reincidência, número de flagrantes por bairros, horário mais comuns dos delitos, a condição do preso como: grau de escolaridade, estrutura familiar, cor e local onde nasceu.

Além disso, podemos ressaltar vários pontos decorrentes dos dados levantados, a exemplo de estudos futuros sobre o que se passa na prática das audiências e os resultados efetivos, bem como sobre o emprego das medidas

diversas da prisão e quais critérios os juízes se utilizam para a aplicação das medidas para o caso que lhe é apresentado.

Com poucas ferramentas, há dificuldade na alimentação das planilhas, pois requer um trabalho contínuo e movimenta varias pessoas para conseguir anexar todos os dados. As estatísticas são tão completas quanto o SISTAC, e só tende angariar elementos para a análise dos efeitos, impactos e resultados da audiência.

O próximo ponto será trabalhado com os dados oriundos da Central de Audiência de Custódia de Curitiba, e visa demonstrar os resultados e possíveis falhas ao longo dos dois anos da criação da Central.

5.1 Análise e Comparação dos dados da Audiência de Custódia de Curitiba

A partir desse momento, busca-se apresentar ponto por ponto observando a Resolução 213/2015 e demais diretrizes do CNJ, comparando com os dados decorrentes da Central de Audiência de Custódia de Curitiba.

As estatísticas aqui trabalhadas são atualizadas desde o projeto piloto da audiência de custódia, no ano de 2015, até o dia 11 de outubro de 2017.

5.2 Da Prisão em Flagrante

A prisão em flagrante representa o ponto de partida para a realização da audiência de custódia e esse instrumento não possui o condão de colher provas para serem usadas no decorrer do processo conforme o art. 8º, inciso VIII da Resolução 213/2015. Além disso, caracteriza-se pela possibilidade do estabelecimento de um diálogo democrático entre a pessoa presa em flagrante e a autoridade judiciária.

A Resolução 213/2015 do CNJ prevê a realização da audiência de custódia nos casos de prisão em flagrante delito de acordo com o seu art.1º:

Art. 1º Determinar que toda pessoa presa em flagrante delito, independentemente da motivação ou natureza do ato, seja obrigatoriamente apresentada, em até 24 horas da comunicação do flagrante, à autoridade judicial competente, e ouvida sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão.

Em consonância com a determinação legal disposta, é importante salientar os números acerca das audiências realizadas na Central de Audiências de Custódia de Curitiba.

Os dados foram atualizados até o dia 11 de outubro de 2017, e foram compiladas informações desde 2015 até o ano atual.

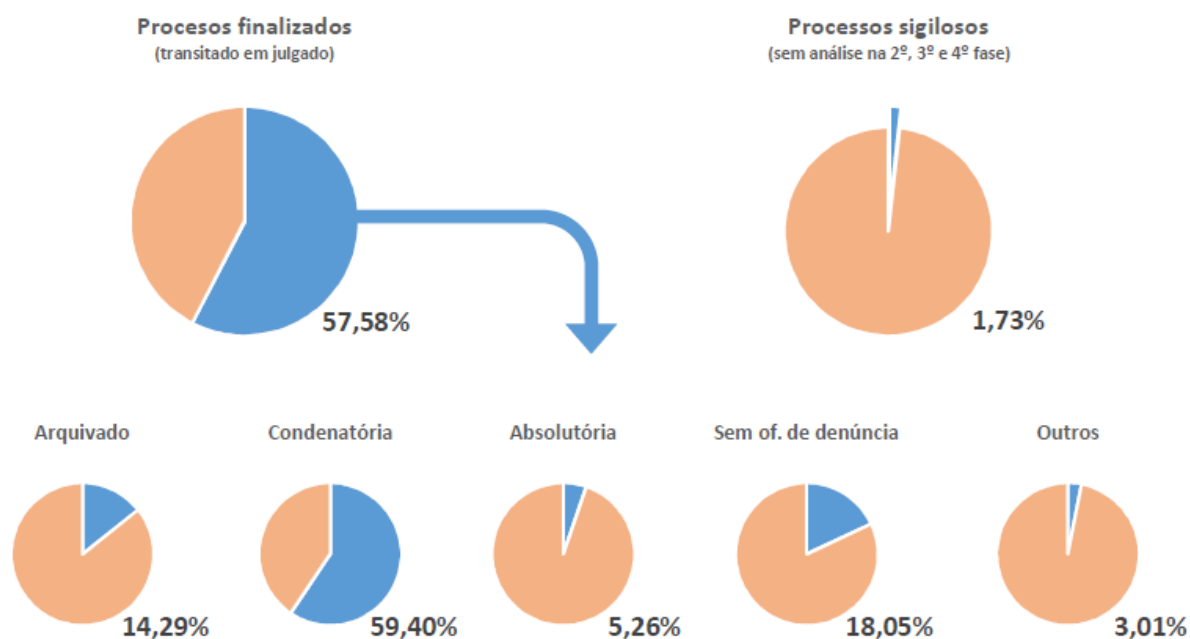
Nesses dois anos, temos um total de 8.607 flagrantes, ou seja, de audiências realizadas resultando em um total de 6.686 processos, sendo 7.891 homens e 691 mulheres no total.

No ano de 2015 foi implantado o projeto piloto em Curitiba e a criação da Central de audiência de custódia tendo sido inaugurada de fato em janeiro de 2016.

No mesmo ano, o total de flagrantes que passaram pela custódia corresponde a 197 homens e 34 mulheres, o número de processos no presente ano foi de 174.

Em 2015 foram finalizados com trânsito em julgado 57,58% processos, dos quais foram arquivados 14,29% e condenados 59,40% dos processos, absolvidos 5,26 % e sem oferecimento de denúncia 18,05%.

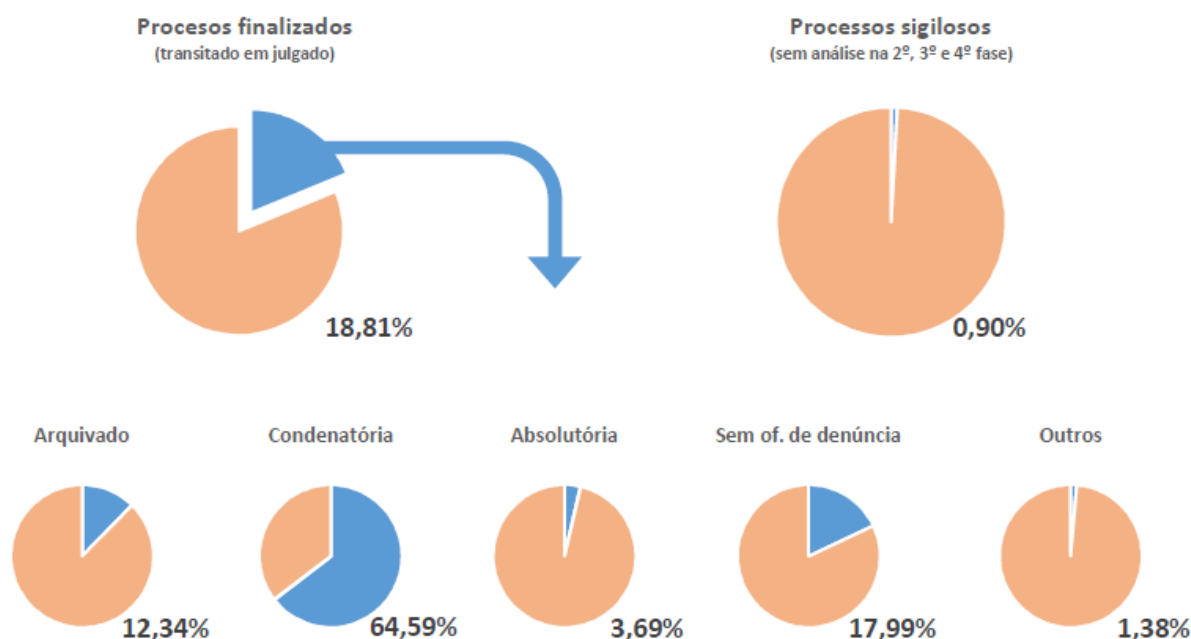
Figura 2 – Andamento dos Processos CACC referente ao ano de 2015:



Em relação ao ano de 2016, temos um total de 4.609 flagranteados e 3.531 processos. Em relação ao gênero, temos que 4.323 são homens e o número de mulheres subiu para 377.

Temos um total de 18,81%, processos finalizados dos quais 12,34% foram arquivados, 64,59% foram condenados, resultaram em sentença absolutória 3,69% dos processos e 17,99% não tiveram oferecimento de denúncia.

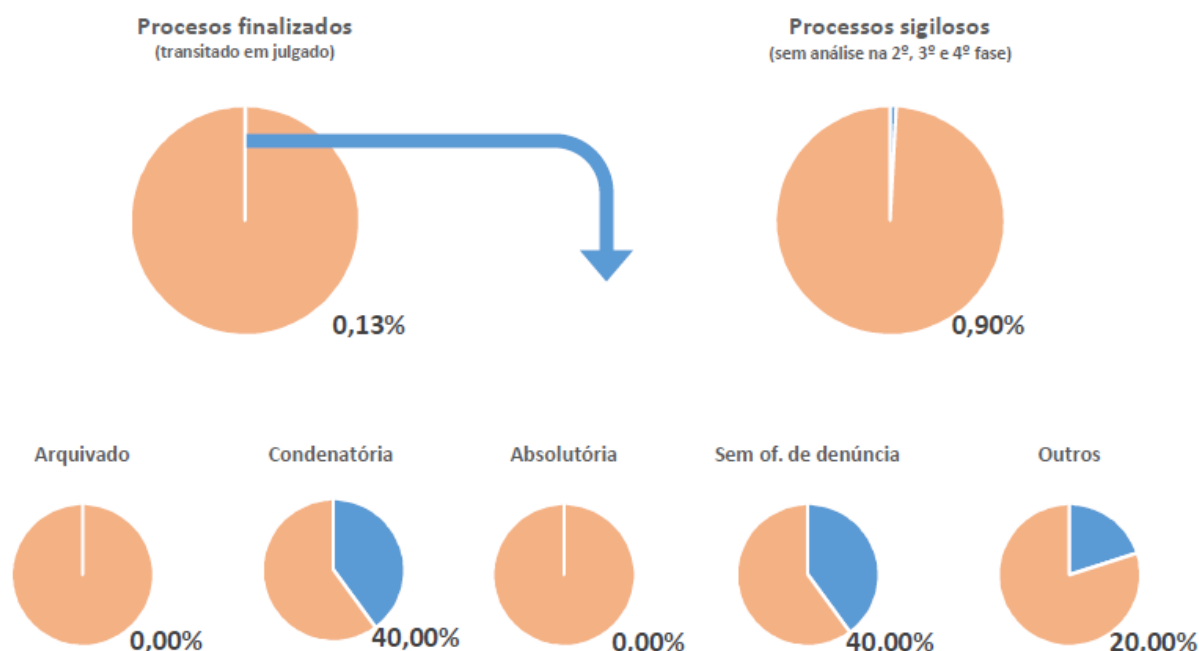
Figura 3 – Andamento dos Processos CACC referente ao ano de 2016:



No ano de 2017, segundo ano de atividades da Central, até o mês de outubro, constam 3.767 flagranteados, sendo 3.462 homens e 280 mulheres.

O total de processos foi de 2981 dos quais apenas 0,13% tiveram decisão nas varas de destino ou foram analisados pela Central de Custódia, desses 0,00% foram arquivados, tiveram sentença condenatória 40,00%, absolutória ficou em 0,00%, sem oferecimento de denúncia corresponde a 40,00%.

Figura 4 – Andamento dos Processos CACC referente ao ano de 2017:



5.3 Perfil das Pessoas Detidas

Mesmo não sendo o cerne deste trabalho, é de extrema importância salientar os aspectos concernentes à audiência de custódia e as pessoas que passam todos os dias pelo sistema.

O perfil das pessoas presas aqui no Paraná não difere muito de outros Estados, que em sua maioria são pessoas pobres, de baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade.

Na Central de Audiência de Custódia de Curitiba, a maioria das pessoas que foram ouvidas em sua maioria são pessoas brancas seguidas de pessoas pardas e negras.

Figura 5 – Estatísticas CACC – Dados sobre as pessoas presas – por cor:

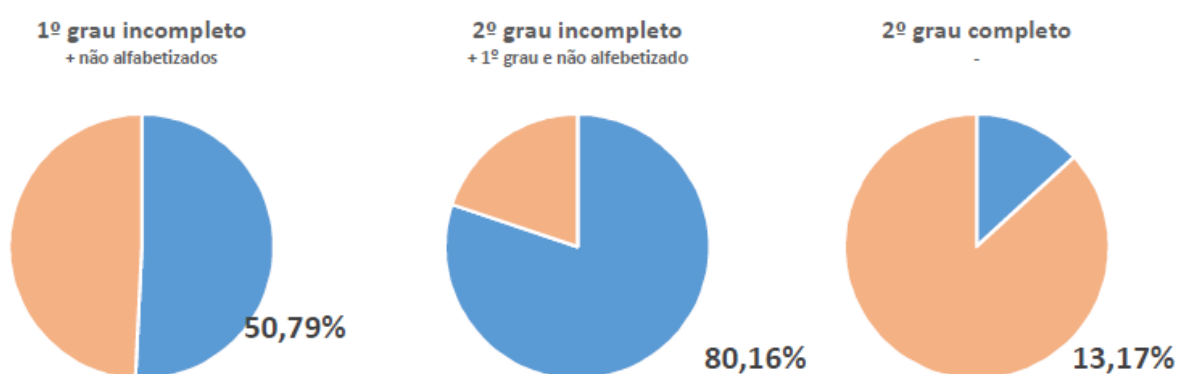
18 anos - 30 anos	31 anos - 40 anos	41 anos - 50 anos	51 anos - 60 anos	61 anos - 70 anos	acima de 71 anos
71,21%	20,90%	5,83%	1,72%	0,34%	0,00%
Branco	Negro	Pardo	Indígena	Não informado	
52,24%	7,59%	38,03%	0,03%	2,11%	

Até o ano de 2017, o número de flagranteados corresponde a 91,68% de homens e 8,03% são de mulheres.

Com base nas audiências de custódia realizadas, são naturais de Curitiba 38,10%, são naturais de Curitiba e Região Metropolitana 43,15%, por fim, são naturais do Paraná 57,58% dos flagranteados.

Um dos principais problemas do Brasil sempre foi a falta de investimentos em uma educação de qualidade. Considerando as deficiências do ensino e a dificuldade de acesso por parte da população a esse recurso, os índices de aprisionamento demonstram que a grande maioria de pessoas presas são de baixa escolaridade, conforme o gráfico anexado:

Figura 6 – Estatísticas CACC – Níveis de Escolaridade:



Para o entendimento e aproximação da realidade da audiência de custódia e das pessoas que cometeram delitos, é importante trazer dados que comparam os níveis de escolaridade com os principais crimes cometidos.

Analisando a escolaridade conforme o crime praticado, temos que: 55,50% dos roubos, 52,44% dos furtos, 48,05% dos crimes de tráfico de drogas, 50,75% dos

crimes de receptação, 43,14% dos crimes de homicídio e 39,50% dos outros crimes não elencados anteriormente foram cometidos por flagranteados que possuíam **o 1º grau incompleto** (ESTATÍSTICAS, CACC, 2017, p.7).

Continuando, temos que: 13,21% dos roubos; 10,01% dos furtos; 10,01% dos crimes de tráfico de drogas; 14,62% dos crimes de receptação; 19,61% dos crimes de homicídio e 14,71% dos outros crimes não elencados anteriormente foram cometidos por flagranteados que possuíam o **1º grau completo** (ESTATÍSTICAS, CACC, 2017, p.7).

Ainda, 17,73% dos roubos; 16,09% dos furtos; 18,59% dos crimes de tráfico de drogas; 17,20% dos crimes de receptação; 13,73% dos crimes de homicídio e 19,43% dos outros crimes não elencados anteriormente foram cometidos por flagranteados que possuíam o **2º grau incompleto** (ESTATÍSTICAS, CACC, 2017, p.7).

Continuando a análise, temos que: 11,24% dos roubos; 16,33% dos furtos; 18,59% dos crimes de tráfico de drogas; 12,90% dos crimes de receptação; 13,73% dos crimes de homicídio e 18,07% dos outros crimes não elencados anteriormente foram cometidos por flagranteados que possuíam o **2º grau completo** (ESTATÍSTICAS, CACC, 2017, p.7).

Logo, 1,25% dos roubos; 3,10% dos furtos; 3,91% dos crimes de tráfico de drogas; 2,15% dos crimes de receptação; 3,92% dos crimes de homicídio e 4,62% dos outros crimes não elencados anteriormente foram cometidos por flagranteados que possuíam o **3º grau incompleto** (ESTATÍSTICAS, CACC, 2017, p.7).

Por derradeiro, 1,07% dos roubos; 2,03% dos furtos; 0,86% dos crimes de tráfico de drogas; 2,37% dos crimes de receptação; 5,88% dos crimes de homicídio e 3,68% dos outros crimes não elencados anteriormente foram cometidos por flagranteados que possuíam o **3º grau completo** (ESTATÍSTICAS, CACC, 2017, p.7).

Durante os dois anos de análise de dados, por meio das informações compiladas, constata-se que os índices de crimes cometidos por flagranteados que tem o 3º grau completo são baixíssimos se comparados com os índices de crimes cometidos por pessoas que possuem níveis mais baixos de escolaridade.

De tal forma, os dados demonstram que as pessoas que possuem baixa escolaridade constam nas estatísticas com os maiores índices de cometimento de

crimes. Esse resultado poderia ser explicado, confirmado ou refutado por diversos estudos, porém não cabe nesse trabalho realizar ponderações ou aprofundamentos sobre essa questão. O intuito aqui não é afirmar que pessoas que não possuem estudos são criminosas ou podem cometer crimes só porque são pobres e sem escolaridade.

Ainda, foram feitos levantamentos pela Central de Audiência de Custódia acerca dos vícios mais comuns e dos delitos relacionados aos crimes. Temos que 84,07% dos presos responderam sobre os vícios e 15,93% não responderam.

Da análise de todos os flagranteados (tanto dos que responderam e dos que não responderam sobre os vícios em interrogatório) temos que 8,40% são viciados em álcool; 18,65% em Maconha; 15,46% em crack; 7,89% em cocaína; 17,81% em cigarro; 0,13% em Ecstasy; 2,53% em outros tipos de vício. Importante salientar que grande parte dos flagranteados possuem mais de um vício (ESTATÍSTICAS, CACC, 2017, p. 8).

Continuando no mesmo sentido, e utilizando apenas os índices dos presos que responderam sobre o vício em interrogatório, temos que 90,93% dos flagranteados que cometem furtos, 90,00% dos que cometem homicídio, 89,05% dos que praticam receptação, 92,47% dos acusados em tráfico de drogas, 92,06% dos que realizam roubo e 96,57% dos flagranteados que cometem outros tipos de crimes são viciados em algum tipo de substância (ESTATÍSTICAS, CACC, 2017, p. 8).

Ainda, a renda mensal média é de R\$ 1.491,75 reais, sendo que, dos flagranteados que responderam sobre a renda mensal, 55,43% possuem algum tipo de renda e 40,17% mencionaram estarem desempregados ou não possuírem nenhum tipo de renda. (ESTATÍSTICAS, CACC, 2017, p. 9).

Dos presos em flagrante que passaram pela custódia, 71,21% são pessoas entre 18 e 30 anos e 20,90% são entre 31 e 40 anos.

As estatísticas demonstram que 36,72% dos flagrantes ocorrem das 18h00min horas até 00h00min; em seguida o maior número de flagrantes está entre 12h00min e 18h00min com 30,36%; o terceiro horário de maior criminalidade é das 6h00min até 12h00min horas com 19,32%, ainda das 00h00min as 6h00min são praticados 13,59% dos crimes.

Tratando-se de Curitiba, foram feitos levantamentos dos bairros com o maior índice de delitos, o centro aparece em primeiro lugar com 19,13% dos casos e em seguida temos a Cidade Industrial com 8,77% dos casos (ESTATÍSTICAS, CACC, 2017, p. 13).

Os dados elencados nesse ponto demonstram a gama de aspectos que envolvem a audiência de custódia e que dizem muito sobre deficiências do poder público, a exemplo da educação, pois vimos que quanto maior o nível de escolaridade menor são os índices de delitos.

5.4 Dos Maus Tratos

De acordo com a parte final do art. 1º da Resolução 213/2015, deverá o juiz se ater a ouvir o detido, bem como sobre as circunstâncias em que se deu a prisão, nesse ponto é enfatizado todos os aspectos, principalmente a ocorrência de maus-tratos ou tortura.

O art. 8º da referida Resolução, dispõe acerca das perguntas que o juiz deve fazer ao preso presentes nos incisos, V, e VI a exemplo da verificação das circunstâncias da prisão, bem como da ocorrência de atos de tortura e maus-tratos conforme:

V - indagar sobre as circunstâncias de sua prisão ou apreensão;
VI - perguntar sobre o tratamento recebido em todos os locais por onde passou antes da apresentação à audiência, questionando sobre a ocorrência de tortura e maus tratos e adotando as providências cabíveis;

A violência policial sempre foi um dos grandes problemas em relação a prisão em flagrante, pois o contato do preso com o juiz demorava dias ou meses para ocorrer. Dessa forma, os casos de maus-tratos passavam despercebidos e não eram verificados.

Ainda o art. 11 da Resolução 213/2015, dispõe acerca das providências cabíveis a serem tomadas nos casos de maus-tratos, conforme:

Art. 11. Havendo declaração da pessoa presa em flagrante delito de que foi vítima de tortura e maus tratos ou entendimento da autoridade judicial de

que há indícios da prática de tortura, será determinado o registro das informações, adotadas as providências cabíveis para a investigação da denúncia e preservação da segurança física e psicológica da vítima, que será encaminhada para atendimento médico e psicossocial especializado. § 1º Com o objetivo de assegurar o efetivo combate à tortura e maus tratos, a autoridade jurídica e funcionários deverão observar o Protocolo II desta Resolução com vistas a garantir condições adequadas para a oitiva e coleta idônea de depoimento das pessoas presas em flagrante delito na audiência de custódia, a adoção de procedimentos durante o depoimento que permitam a apuração de indícios de práticas de tortura e de providências cabíveis em caso de identificação de práticas de tortura. § 2º O funcionário responsável pela coleta de dados da pessoa presa em flagrante delito deve cuidar para que sejam coletadas as seguintes informações, respeitando a vontade da vítima: I - identificação dos agressores, indicando sua instituição e sua unidade de atuação; II - locais, datas e horários aproximados dos fatos; III - descrição dos fatos, inclusive dos métodos adotados pelo agressor e a indicação das lesões sofridas; IV - identificação de testemunhas que possam colaborar para a averiguação dos fatos; V - verificação de registros das lesões sofridas pela vítima; VI - existência de registro que indique prática de tortura ou maus tratos no laudo elaborado pelos peritos do Instituto Médico Legal; VII - registro dos encaminhamentos dados pela autoridade judicial para requisitar investigação dos relatos; VIII - registro da aplicação de medida protetiva ao autuado pela autoridade judicial, caso a natureza ou gravidade dos fatos relatados coloque em risco a vida ou a segurança da pessoa presa em flagrante delito, de seus familiares ou de testemunhas. § 3º Os registros das lesões poderão ser feitos em modo fotográfico ou audiovisual, respeitando a intimidade e consignando o consentimento da vítima. § 4º Averiguada pela autoridade judicial a necessidade da imposição de alguma medida de proteção à pessoa presa em flagrante delito, em razão da comunicação ou denúncia da prática de tortura e maus tratos, será assegurada, primordialmente, a integridade pessoal do denunciante, das testemunhas, do funcionário que constatou a ocorrência da prática abusiva e de seus familiares, e, se pertinente, o sigilo das informações. § 5º Os encaminhamentos dados pela autoridade judicial e as informações deles resultantes deverão ser comunicadas ao juiz responsável pela instrução do processo.

Tendo em vista a preocupação em relação a violência decorrente de práticas policiais e o tratamento dado a elas, foi elaborado um trabalho pelo CNJ com o intuito de aprimorar as audiências de custódia, além dos procedimentos atinentes a detecção dos casos de maus-tratos e tortura por parte das figuras centrais, a exemplo do juiz. O trabalho é intitulado "Audiências de Custódia e prevenção à tortura: análise das práticas institucionais e recomendações de aprimoramento".

Há uma grande preocupação por possível desvirtuamento por parte dos juízes da finalidade da audiência de custódia. Seja pela falta de questionamento no momento propício a ocorrência de maus-tratos, ou até mesmo pelo desconhecimento sobre quais perguntas fazer e como identificar tais fatos já

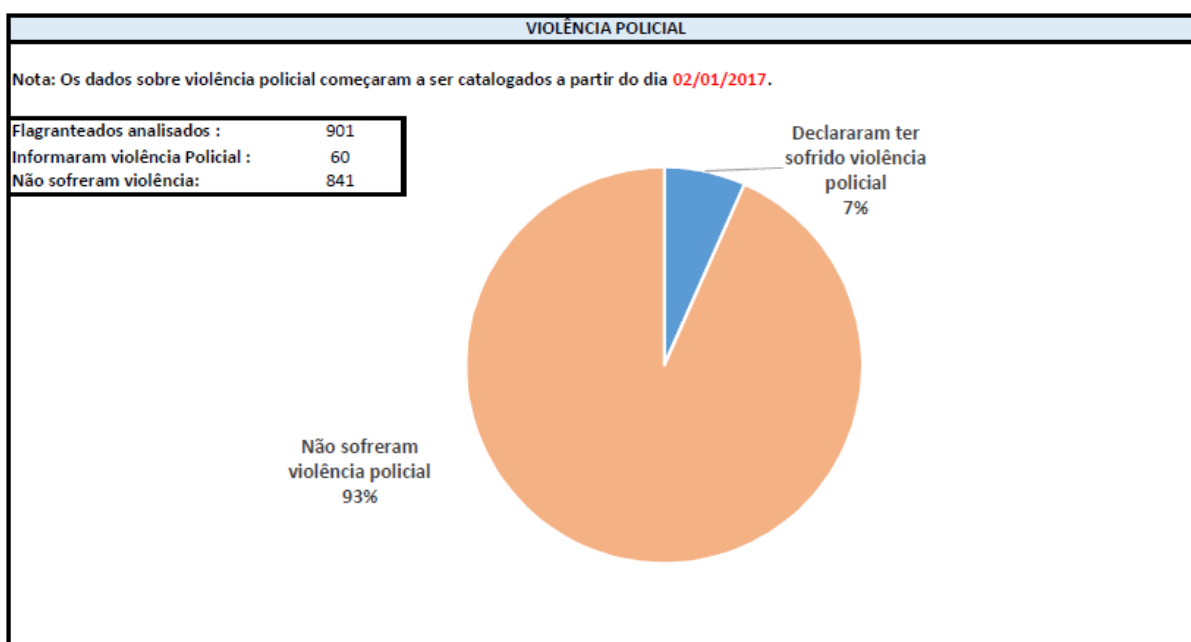
presentes no Protocolo II da Resolução 213/2015, ou ainda pelo desrespeito das diretrizes que deveriam seguir.¹⁶

Ainda, a verificação não fica só a cargo do juiz, mas de todas as figuras que atuam na realização das audiências, onde todos detêm o dever de assegurar os direitos inerentes a pessoa humana, sejam eles o Ministério Público ou os Defensores Públicos.

Levando em conta as considerações feitas, cada Central de audiência possui suas peculiaridades e nesse viés a Central de Audiência de Curitiba preocupou-se em criar planilhas com informações acerca dos casos de violência policial.

Foram reunidas informações pela Central a partir do dia 02/01/2017 sobre os casos de violência policial, e conforme os gráficos foram analisados 901 flagranteados dos quais 60 informaram ter sofrido violência e 841 disseram que não sofreram nenhum tipo de maus-tratos.

Figura 7 – Estatísticas CACC – Dados sobre a violência policial:



O gráfico demonstra que 93% não sofreram violência policial e somente 7% alegaram ter sofrido.

¹⁶ BALLESTEROS; Paula R. **Audiências de Custódia e prevenção à tortura: análise das práticas institucionais e recomendações de aprimoramento**. 2016. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/alternativas-penais/1/arquivos/audiencias-de-custodia-e-prevencao-a-tortura-analise-das-praticas-institucionais-e-recomendacoes-de-aprimoramento-1-correto.pdf>>. pp. 41-42. Acesso em 05 out. 2017

Diante disso, se for comparar os dados obtidos da Central de audiência de Custódia de Curitiba em relação às audiências realizadas no Estado, conforme dados do CNJ do dia 31/07/2015 à 30/06/2017, de um total de 23.558 audiências, foram denunciados 352 casos de violência no ato da prisão, correspondendo a 1%.¹⁷

A porcentagem do Estado do Paraná é compatível se comparada com outros Estados, pois em média os dados são entre 1% a 7%, há porcentagens altas, mas em poucos Estados.

Além disso, as porcentagens variam de acordo com os dados publicados pelo CNJ sobre a implantação das audiências de custódia, se comparado a quantidade de audiências realizadas, a exemplo do Mato Grosso do Sul que desde 05/10/2015 a 05/07/2017 apresenta 0% de 11.842 audiências realizadas; o Estado de São Paulo, que desde 24/02/2015 a 30/06/2017 apresentou 6% correspondente a 3.352 denúncias de um total de 56682 audiências realizadas; o Rio de Janeiro que desde 18/09/2015 a 30/06/2017 computou apenas 1% de denúncias de 8.559 audiências; o Estado de Minas Gerais com 1%, sendo 114 denúncias de 19.031 audiências¹⁸.

Há questionamentos acerca dos números baixos de denúncias, seja por conta dos juízes ou até mesmo pela realização das audiências com a presença de policiais, os quais poderiam de alguma forma intimidar a denúncia de maus tratos ou violência policial.

Em relação à prejudicialidade das denúncias pela presença de policiais, o art. 4º parágrafo único da Resolução 213/2015 prevê que "é vedada a presença dos agentes policiais responsáveis pela prisão ou pela investigação durante a audiência de custódia".

Há muitas indagações e críticas acerca dessa questão da afetação ou não da presença de policiais na audiência, bem como o escoltamento do preso até a Central.

O próprio CNJ prevê a presença e acompanhamento de um policial, desde que não seja aquele que efetuou o flagrante e acompanhou o interrogatório. Tratando-se de uma capital com dezenas de distritos e centenas de policiais, essa dinâmica pode ser aplicada e tende a inibir potenciais casos de abusos e maus-

¹⁷ **Dados Estatísticos/ Mapa de Implantação.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia/mapa-da-implantacao-da-audiencia-de-custodia-no-brasil>>. Acesso em 05 out. 2017.

¹⁸ Ibidem.

tratos. No entanto, em cidades menores essa dinâmica pode ser prejudicada pelo número pequeno e insuficiente de agentes policiais.

Os autores Aflen e Andrade, fazem uma reflexão acerca da possibilidade de intimidações realizadas no deslocamento do preso antes e depois da audiência de custódia:

Tal providencia de exclusão se restringe expressamente ao ato de audiência, não, se projetando para a escolha no deslocamento da pessoa presa, o que, por certo, gerará crítica – nem sempre infundada - que eventuais intimidações possam acontecer no trajeto, antes ou depois do ato processual. (ANDRADE; AFLEN, 2017, p. 67),

Como já mencionado, em comarcas pequenas, com pouco contingente de policiais, a vedação imposta pela Resolução nº 213/2015 pode restar prejudicada, pois o mesmo policial que faz a prisão em flagrante, acompanha na audiência de custódia.

Há diversos fatores que podem influenciar nas denúncias, dentre eles o caso do acompanhamento de policiais na audiência. Os dados compilados pela própria central demonstram que Curitiba está buscando não negligenciar esse direito do preso.

Em comparação com as audiências realizadas em outros Estados, o índice de denúncias da Central de Audiências de Curitiba é compatível, apesar dos dados por alguma razão, somente aparecerem nas estatísticas a partir de janeiro de 2017, a partir de então as denúncias estão sendo realizadas e contabilizadas.

Ainda, as informações sobre a violência policial disponibilizada pelo CNJ dizem respeito ao Estado como um todo, não há dados especificamente da Central de Curitiba antes de janeiro de 2017, tornando-se impossível comparar o aumento ou diminuição dos anos anteriores.

Tendo em vista a iniciativa de criar outro sistema, além do oficialmente implantado, ressalta-se pontos positivos na busca por uma efetivação e resultados condizentes com os objetivos dispostos em Tratados de Direitos Humanos e na própria resolução nº 213/2015.

Ademais, as audiências de custódia representam um avanço no sentido de garantias de direitos fundamentais, bem como possui um propósito com o sistema prisional brasileiro. Além disso, um dos seus maiores objetivos já foi alcançado,

tendo em vista o contato pessoal da pessoa presa em flagrante com o juiz dentro de um prazo razoável.

O êxito desse instituto, em todos os sentidos e principalmente no ponto trabalhado, depende indubitavelmente dos agentes integrantes desse sistema como os juízes, defensores o Ministério Público.

5.5 Prisão Preventiva

Segundo o relatório do INFOPEN de dezembro (2014, p. 25) a população carcerária no Paraná era aproximadamente de 28.004 presos, sendo 18.278 vagas, das quais 14.614 eram preenchidas por presos provisórios, correspondendo a 52,19% do total das vagas disponíveis.

Em janeiro de 2017, movidos pela preocupação com o sistema penitenciário e a quantidade de presos provisórios, foi realizada uma reunião entre a Presidente do Supremo Tribunal Federal e o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, com o intuito de promover a celeridade no Julgamento dos processos de presos provisórios. (REUNIÃO, CNJ/STF, 2017, P. 02).

Ficou firmado que seriam reunidas informações sobre a quantidade de presos provisórios e, que seria elaborado um plano de ação com duração de 90 dias, o qual deveria ser respeitado pelos Tribunais para acelerar o julgamento dos processos referentes à prisão preventiva.

Cada Estado deveria enviar informações dos números de presos provisórios para o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de execução de medidas Socioeducativas até o dia 17 de janeiro de 2017.

Conforme o objetivo mencionado, os dados foram repassados, sendo que do total de 654.732 de presos no Brasil, 221.054 são de presos provisórios correspondendo a 34% e 433.318 são de presos condenados referente a 66%.¹⁹

Segundo dados resultantes da Reunião Especial de Jurisdição, atualmente o Estado do Paraná possui um total de 29.003 presos, dos quais 15.697 são de presos

¹⁹ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Reunião Especial de Jurisdição**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/02/b5718a7e7d6f2edee274f93861747304.pdf>>. p. 3. Acesso em: 05 out. 2017.

provisórios conforme informações atualizadas repassadas pelos Estados ao departamento responsável. (REUNIÃO, CNJ/STF, 2017, p. 6).

No entanto, conforme o texto do documento referido, são poucos os tribunais que possuem listagem atualizada atinentes ao número de presos, pois eles dependem das Secretárias Penitenciárias, dificultando o controle dos processos de presos provisórios. Dado a isso, os dados divergem do relatório do INFOPEN, pois consta um total de 28.004 presos dos quais 14.614 são provisórios. (REUNIÃO, STF/CNJ, 2017, p. 26).

Ainda, os dados demonstram que o número de presos provisórios no Paraná com até 180 dias de custódia cautelar corresponde a 48% do total dos presos, ou seja, 7.554 presos. O número de presos provisórios com mais de 180 dias é de 8.116, ou seja, 52% do total. (REUNIÃO, CNJ/STF, 2017, p. 7).

Importante salientar a observação disposta no trabalho publicado pelo CNJ e STF:

O corte adotado de 180 (cento e oitenta) dias não implica, necessariamente, em excesso de prazo vez que os dados incluem processos em que já houve término de instrução, processos em que houve recurso, ou processos cuja complexidade pode, em tese, justificar a dilação temporal diante de circunstâncias concretas. (REUNIÃO, CNJ/STF, 2017, p. 8).

O tempo médio da prisão no Paraná de presos provisórios gira em torno de 280 dias, é um número elevado, no entanto, se comparado a Estados como Pernambuco com 974 dias; Rio Grande do Norte com 682 dias em média; Minas Gerais com 610 dias e Rio Grande do Sul com 437 dias é um número razoavelmente baixo. (REUNIÃO, CNJ/STF, 2017, p. 8).

As audiências de custódia contribuem para a consequente redução dos presos provisórios, visto que pessoas que não necessitam estar presas não irão contabilizar os números de presos provisórios e aumentar os índices de encarceramento.

Diante dos números de presos provisórios atuais, a audiência de Custódia possui o intuito de garantir os direitos das pessoas presas em flagrante e verificar a real necessidade da manutenção da prisão e da aplicação de medidas cautelares. Esse sistema deve seguir a finalidade a que é destinada e não seguir o calor das manifestações da sociedade, muito menos da mídia, pelo aprisionamento em massa.

Ainda, as preocupações quanto aos números altos de prisões provisórias demonstram que o sistema ainda aprisiona muito, no entanto, não cabe somente a audiência de custódia resolver esse problema ou ser a única solução, pois o índice de criminalidade cada vez aumenta demonstrando as falhas de vários órgãos da sociedade.

Ademais, o dever de diminuir os índices de presos provisórios não pode ser colocado todo na audiência de custódia, pois ela é um instrumento que visa propiciar ao acusado a decretação da prisão preventiva somente em último caso.

Porém, não podemos encará-la como o instrumento que veio salvar o encarceramento e a superlotação, pois ela é um dos instrumentos que visam auxiliar em conjunto com vários órgãos a efetividade e garantia dos direitos, refletindo na redução e controle do aprisionamento.

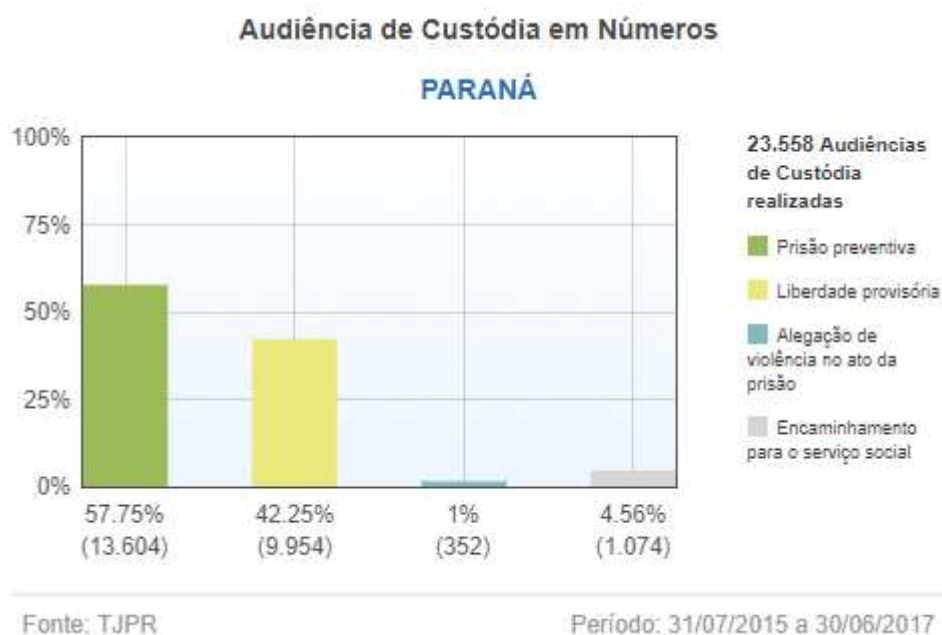
5.6 Da conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva: dados de todos os juízes que atuaram na Central de Audiência de Custódia em Curitiba

A nível nacional, segundo mapeamento do CNJ, foram realizadas 258.485 audiências de custódia, sendo que 115.497 (44,68%) resultaram em liberdade provisória e 142.988 (55,32%) em prisão preventiva²⁰.

De acordo com o CNJ foram realizadas, no Paraná, 23.558 audiências de custódia das quais 42.25% (9.954) resultaram na concessão da liberdade provisória e 57.75% (13.604) resultaram em prisão preventiva.

Figura 8 – Dados Estatísticos/Mapa de implantação:

²⁰ **Dados Estatísticos/ Mapa de Implantação.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia/mapa-da-implantacao-da-audiencia-de-custodia-no-brasil>>. Acesso em: 05 out. 2017.



A partir de agora todos os dados anexados em relação as taxas de conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva são das estatísticas da Central de Audiência de Custódia de Curitiba para uma real compreensão dos resultados nos seus dois anos de funcionamento.

Dos flagrantes submetidos a audiência de custódia, conforme informações CACC (2017, p. 5), 5.957 corresponde a 53,42% aos flagrantes que foram convertidos em prisão preventiva, 3.370 (30,22%) presos obtiveram liberdade provisória sem fiança e 1.481 (13,28%) obtiveram liberdade provisória com fiança.

De acordo com o acompanhamento dos processos que resultaram em prisão preventiva na custódia (ESTATÍSTICAS - CACC, 2017, p. 5) e que já foram finalizados: 82,42% resultou em sentença condenatória (transitada em julgado); 5,61% dos processos foram arquivados; 6,97% não foram oferecidas denúncias e apenas 4,24% resultaram em absolvições.

Processos que não resultaram em conversão preventiva na custódia: 39% dos processos não houve oferecimento de denúncia; 28,12% resultou em condenação; 25,80% dos processos foram arquivados. (ESTATÍSTICAS - CACC, 2017, p. 5).

Tratando-se da conversão da prisão em flagrante em preventiva, será realizado o esboço dos índices de conversão por cada juiz que atuou na Central de Audiência de Custódia de Curitiba, desde a sua criação até a atualidade.

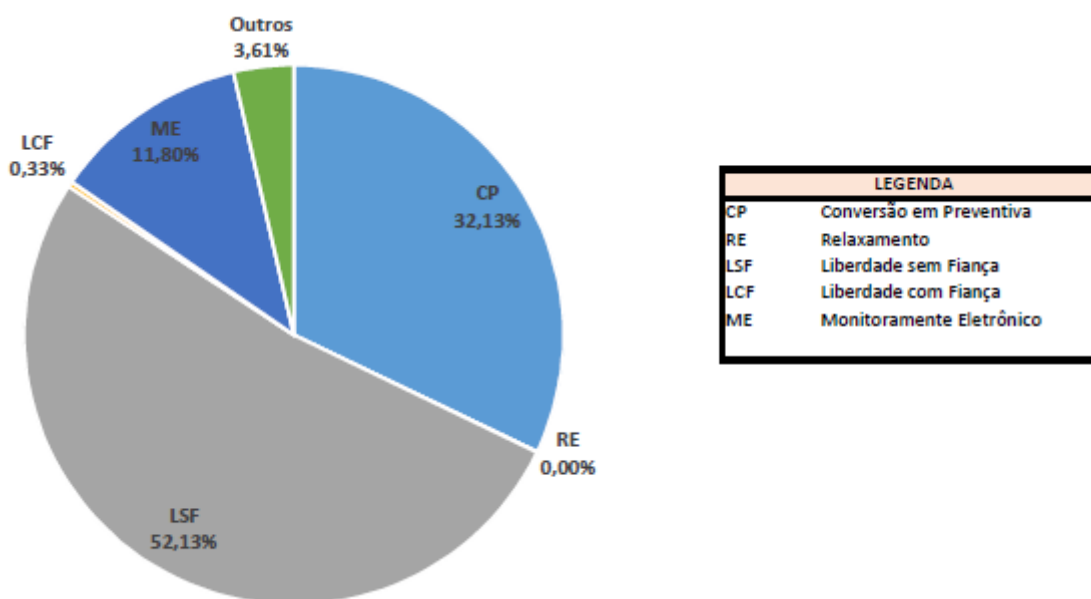
Os índices de conversão ou liberdade estão diretamente ligados ao perfil do Magistrado que assume a Central de Audiência de Custódia. Será demonstrado com dados e gráficos (cedidos pela própria Central) como cada perfil do Magistrado altera os índices.

Por solicitação do Juiz Supervisor da Central de Audiência de Custódia não será revelado os nomes dos Magistrados, evitando qualquer tipo de constrangimento para estes. Foi mantido apenas o nome da Magistrada que participou da criação da Central e do atual Magistrado, Dr. Rubens dos Santos Junior e Juiz Supervisor da Central de Audiência de Custódia de Curitiba.

A primeira magistrada fez parte do projeto Piloto da Central de Audiências de Custódia de Curitiba e também atuou na Central após sua inauguração do dia 24/08/2015 até o dia 12/02/2015.

Conforme os dados, a juíza realizou 215 audiências com 287 flagranteados, sendo 248 homens e 39 mulheres. A conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva foi de 32,13% e a concessão da liberdade sem fiança foi de 52,13% a liberdade com fiança foi a mais baixa, em torno de 0,33%. (CACC, 2017, p.25).

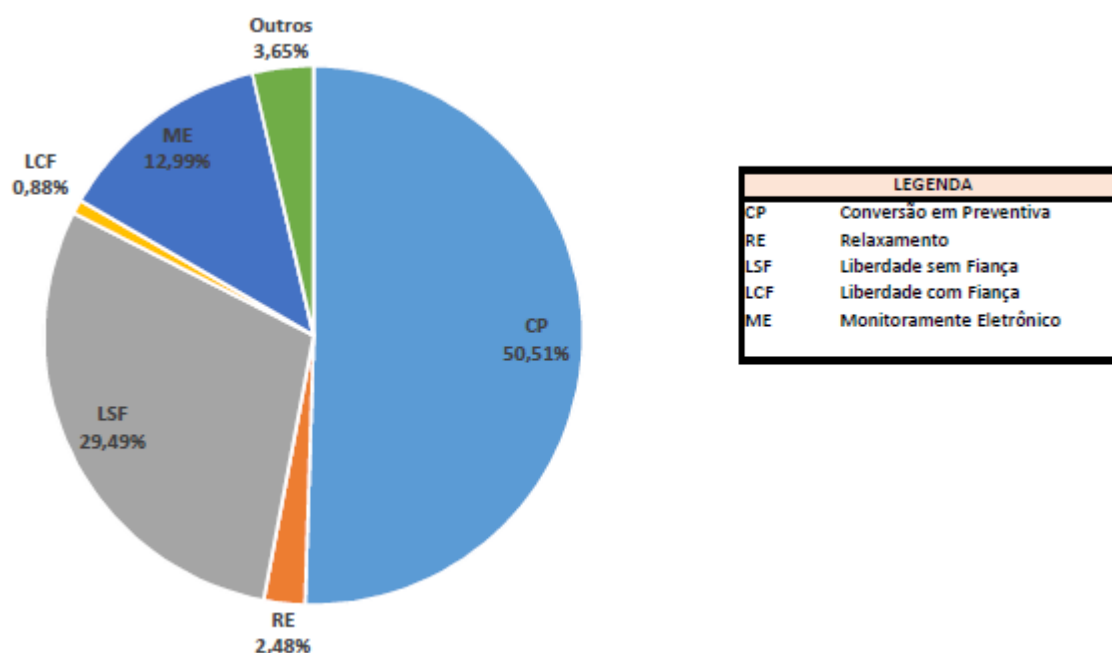
Figura 9 – Estatísticas CACC – Dados da conversão em prisão preventiva Dra. Fabiane:



O segundo magistrado permaneceu desde o dia 23/12/2015 até 24/05/2016.

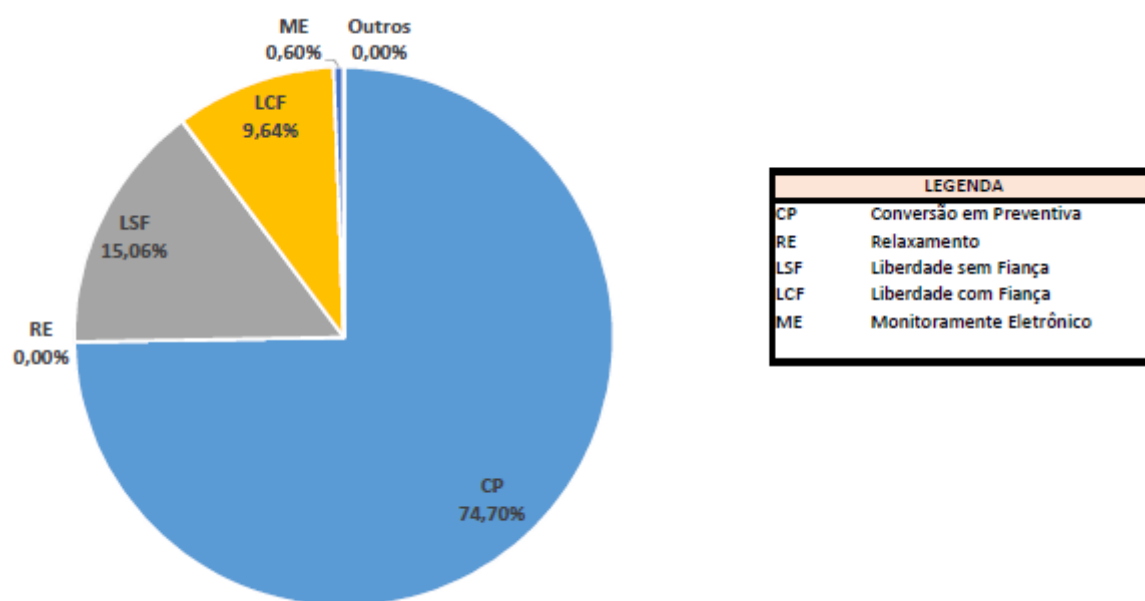
Este Juiz realizou 452 audiências com um total de 595 flagranteados, sendo 543 homens e 52 mulheres. No período de atuação a taxa de conversão corresponde a 50,51%, a liberdade sem fiança fica em torno de 29,49% e a liberdade com fiança em torno de 0,88%. (ESTATÍSTICAS - CACC, 2017, p. 29).

Figura 10 - Estatísticas CACC – Dados da conversão em prisão preventiva magistrado 2º:



O terceiro magistrado atuou na Central do dia 05/01/2016 ate 23/02/2016, retornando em 14/08/2017 ate 18/08/2017. Em seu período o Dr. realizou 109 audiências com um total de 147 flagranteados, sendo 142 homens e 5 mulheres. Conforme os dados levantados, a taxa de conversão em prisão preventiva foi de 74,70%, concessão de liberdade sem fiança de 15,06% e a liberdade com fiança corresponde a 9,64%. (ESTATÍSTICAS - CACC, 2017, p.37)

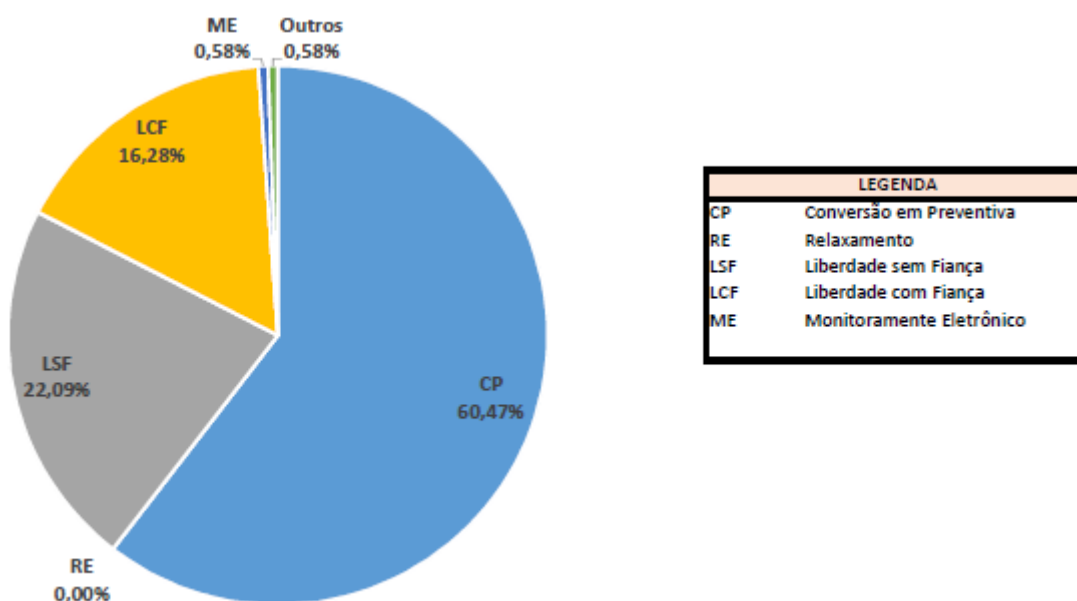
Figura 11 - Estatísticas CACC – Dados da conversão em prisão preventiva magistrado 3º:



O quarto Magistrado que atuou na Central do dia 30/12/2016 até o dia 06/01/2017, retornando nos dias 10/01/2017 e 11/01/2017.

O magistrado realizou 114 audiências com um total de 146 flagranteados, sendo 141 homens e 5 mulheres. A taxa de conversão em prisão preventiva alcançou 60,47%, a concessão da liberdade sem fiança foi de 22,09% e a liberdade com fiança corresponde a 16,28%. (ESTATÍSTICAS - CACC, 2017, p. 39)

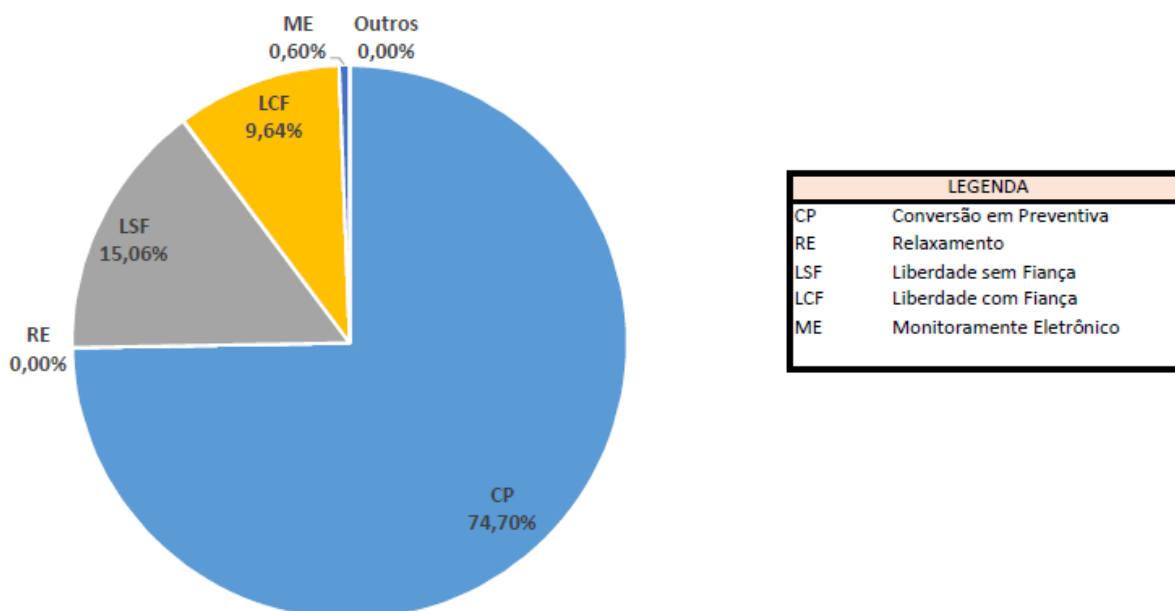
Figura 12 - Estatísticas CACC – Dados da conversão em prisão preventiva magistrado 4º:



O quinto Magistrado que atuou na Central do dia 25/01/2016 até o dia 23/02/2017, retornando no dia 16/03/2017 e depois novamente nos dias 14/08/2017 até o dia 18/08/2017.

O magistrado realizou 109 audiências com um total de 147 flagranteados, sendo 142 homens e 5 mulheres. A taxa de conversão em prisão preventiva alcançou 74,70%, a concessão da liberdade sem fiança foi de 15,06% e a liberdade com fiança corresponde a 9,64%. (ESTATÍSTICAS - CACC, 2017, p. 39)

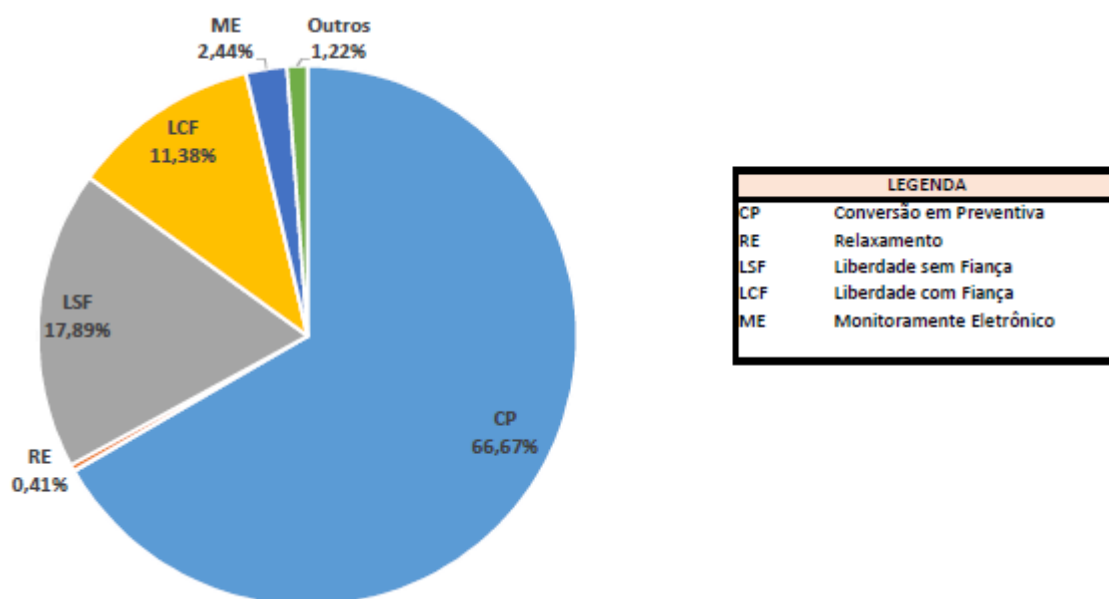
Figura 13 - Estatísticas CACC – Dados da conversão em prisão preventiva magistrado 5º:



O sexto Magistrado que atuou na Central do dia 21/12/2015 até o dia 06/01/2016, retornando somente em 14/03/2016 onde permaneceu até o dia 06/05/2016.

Foram realizadas nesse período 172 audiências de um total de 214 flagranteados, sendo 195 homens e 19 mulheres. A conversão da prisão em preventiva alcançou 66,67%, a concessão da liberdade sem fiança foi de 17,89% e a liberdade com fiança foi de 11,38%. (ESTATÍSTICAS - CACC, 2017, p. 31)

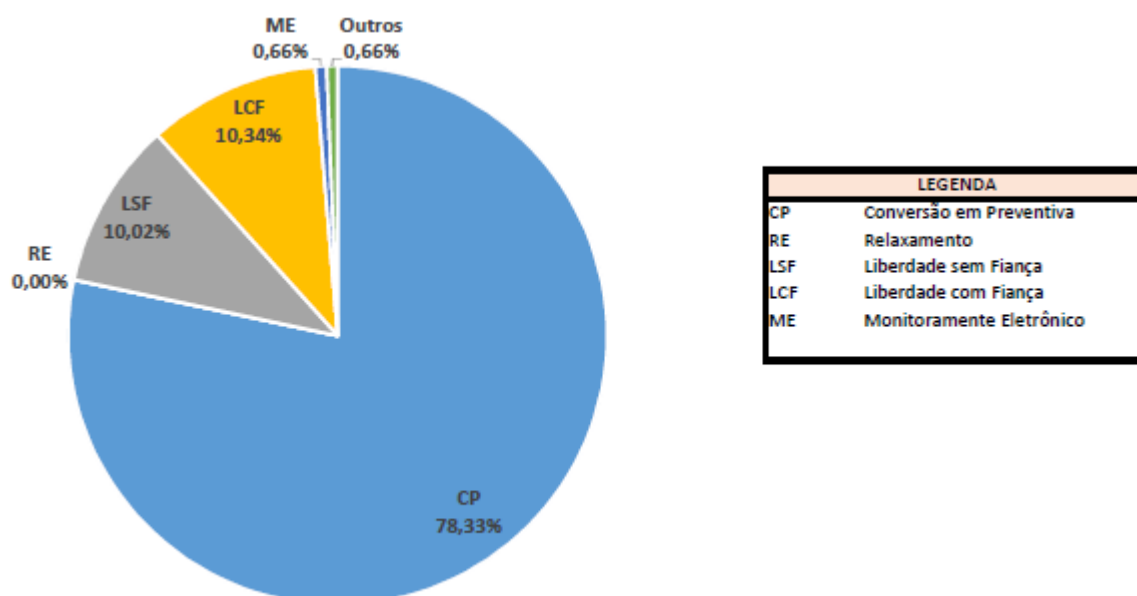
Figura 14 - Estatísticas CACC – Dados da conversão em prisão preventiva magistrado 6º:



O sétimo Magistrado analisado permaneceu do dia 24/02/2016 a 23/03/2016, depois retornou em 22/07/2016, depois retornou em 25/12/2016 até 09/01/2017.

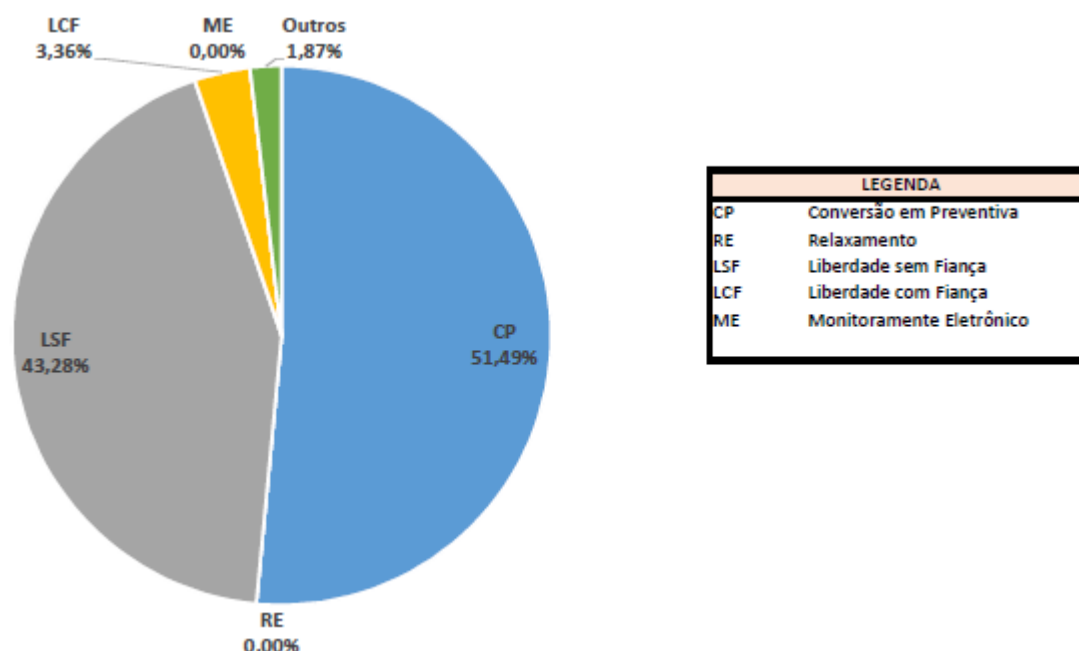
O Dr. Realizou 391 audiências com um total de 498 flagranteados, sendo 460 homens e 38 mulheres. Os dados sobre a conversão da prisão em preventiva é de 78,33%, em relação a liberdade sem fiança a porcentagem foi de 10,02% e a liberdade com fiança foi de 10,34%. (ESTATÍSTICAS - CACC, 2017, p. 27).

Figura 15 - Estatísticas CACC – Dados da conversão em prisão preventiva magistrado 7º:



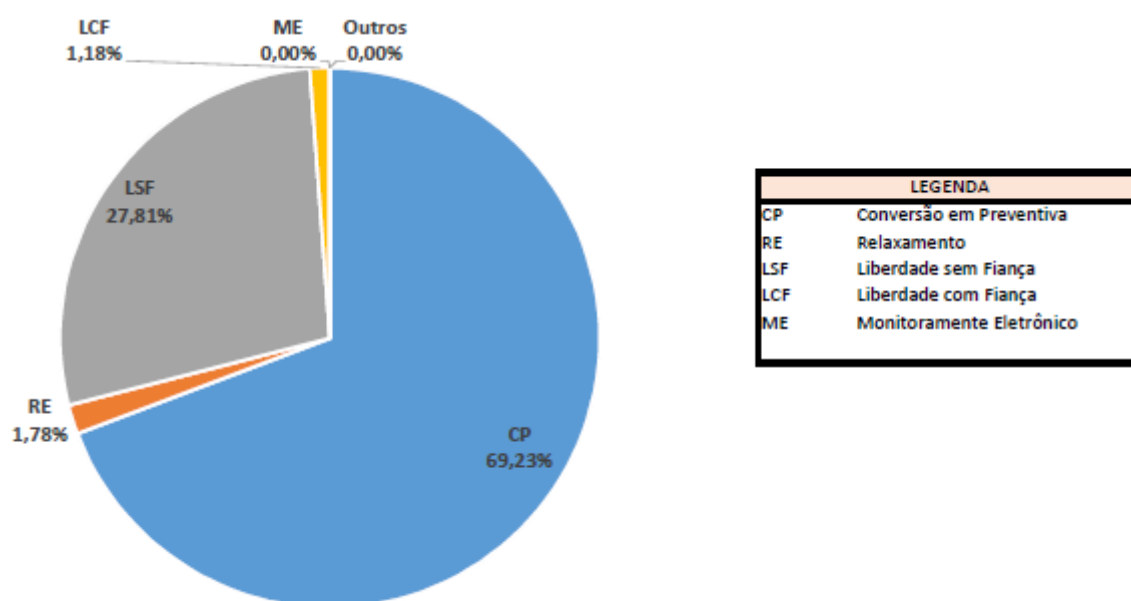
O oitavo Magistrado realizou audiências do dia 28/03/2016 até 18/04/2016 retornando no dia 16/08/2017 e permaneceu até o dia 17/08/2017. O total de audiências realizadas foi de 169 com 220 flagranteados, dos quais 200 são homens e 20 mulheres. A conversão em prisão preventiva foi de 51,49%, a taxa de liberdade sem fiança foi de 43,28% e a liberdade com fiança ficou em 3,36%. (ESTATÍSTICAS - CACC, 2017, p. 33).

Figura 16 - Estatísticas CACC – Dados da conversão em prisão preventiva magistrado 8º:



O nono Magistrado permaneceu na Central do dia 13/04/2016 até o dia 06/05/2016. Foram realizadas 103 audiências com um total de 131 flagranteados, das quais 125 eram homens e 6 mulheres. A porcentagem de conversão em prisão preventiva corresponde a 69,23%, em relação à liberdade sem fiança temos 27,81% e a concessão da liberdade com fiança ficou em 1,18%. (ESTATÍSTICAS - CACC, 2017, p. 35).

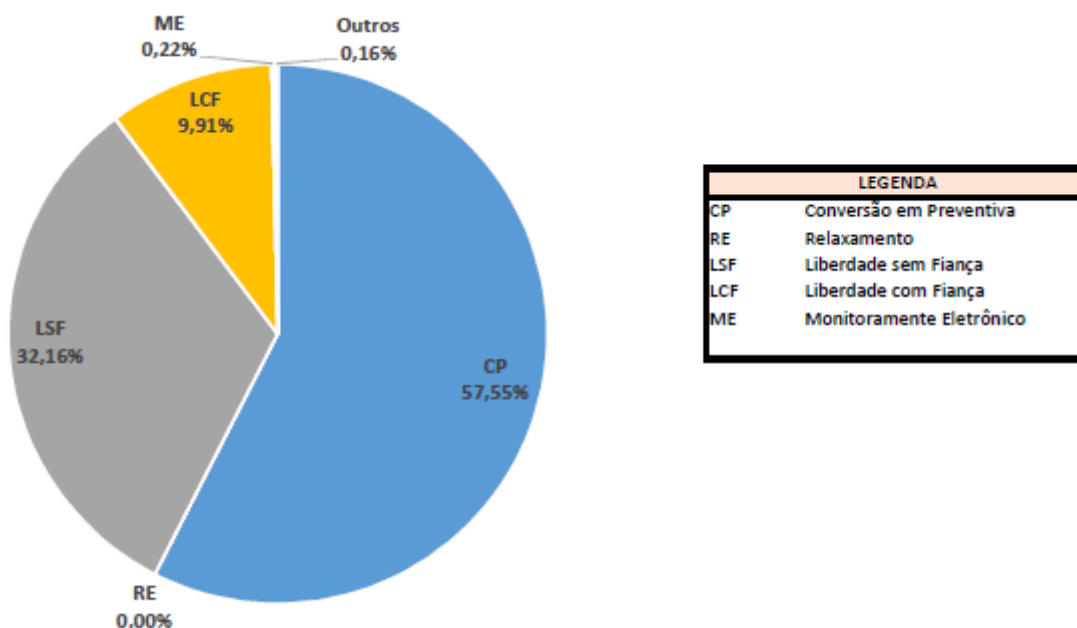
Figura 17 - Estatísticas CACC – Dados da conversão em prisão preventiva magistrado 9º:



O décimo Magistrado analisado foi o segundo magistrado com maior tempo de permanência na Central ficando desde 09/05/2016 até 31/01/2017, foi também um dos que realizou o maior número de audiências.

No total foram realizadas 2.133 audiências com 2.792 flagranteados, sendo 2558 homens e 234 mulheres. A conversão da prisão em preventiva corresponde a 57,55%, a concessão da liberdade sem fiança foi de 32,16% e a liberdade com fiança possui uma taxa de 9,91%. (ESTATÍSTICAS - CACC, 2017, p. 21).

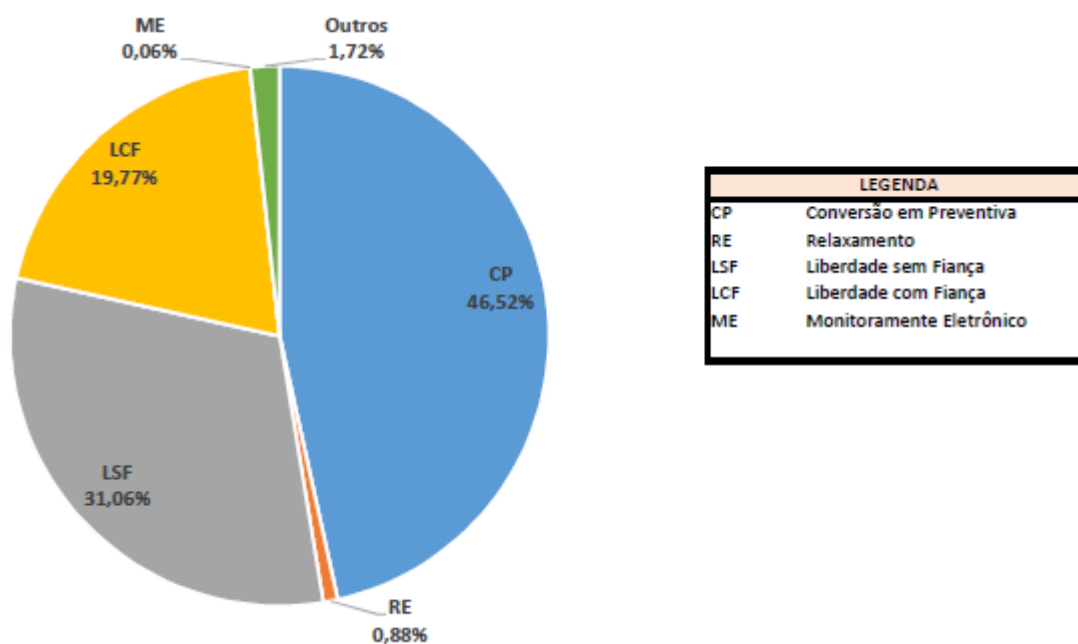
Figura 18 - Estatísticas CACC – Dados da conversão em prisão preventiva magistrado 10º:



Por fim, o último magistrado iniciou na Central de audiências em 12/01/2017 e permanece até o atual momento. Nesse período foram realizadas de um total de 3.522 pessoas presas em flagrante até outubro deste ano foram realizadas 2.793 audiências com 3.502 flagranteados, dos quais 3.233 são homens e 269 são mulheres.

A taxa de conversão em prisão preventiva é de 46,52%, a concessão da liberdade sem fiança possui um índice de 31,06%, e a liberdade com fiança alcança 19,77%. (ESTATÍSTICAS - CACC, 2017, p. 23).

Figura 19 - Estatísticas CACC – Dados da conversão em prisão preventiva magistrado 11º:



Denota-se que os resultados dependem do Magistrado, além disso, existem aspectos inerentes a cada juiz. Ainda, muitos juízes permaneceram muito pouco tempo na Central, principalmente na época em que existia o rodízio dos magistrados. Dessa forma os índices altos ou baixos de resultados, a exemplo, da prisão preventiva, não podem ser comparados com os demais que permaneceram mais tempo.

Nesse viés o "Relatório sobre a implementação das audiências de Custódia", trabalho fruto da parceria entre o DEPEN e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, realizou ponderações diante dos números apresentados pelo CNJ a nível nacional sobre as audiências de custódia conforme trecho a seguir exposto:

• **74.864** audiências de custódia realizadas • **35.067** casos que resultaram em liberdade (46,84%) • **39.797** casos que resultaram em prisão preventiva (53,16%).

Sem desconsiderar a expressividade desses números, não é possível a partir deles fazer generalizações sobre o sucesso ou o fracasso das audiências no país como um todo porque a pesquisa de campo demonstrou que há grandes discrepâncias entre as rotinas locais, seja porque cada um dos estados iniciou a implementação das audiências de custódia em momentos distintos, seja porque a dinâmica do fluxo dos sistemas de justiça criminal estaduais diferem e interferem de formas diversas na realização e no resultado das audiências. Do mesmo modo, não se afirma com este relatório que todas as questões aqui levantadas estão presentes em todos os estados, podendo cada um dos pontos variar em natureza ou intensidade e, por isso, devendo ser tratados com a devida cautela e aprofundamento

que a partir deste levantamento preliminar é possível começar a construir. (RELATÓRIO, 2017, p. 26).²¹

Conforme ponderação realizada acerca dos resultados da audiência de custódia ressalta-se que, ainda é cedo para apontar o sucesso ou fracasso desse instrumento. De acordo com os dados do CNJ a nível nacional, mesmo a prisão preventiva ser superior a liberdade provisória, de um total de 258.485 audiências realizadas, mais de 115,497 mil pessoas deixaram de ir para o sistema penitenciário até junho de 2017, correspondendo a 44,68%²².

Ainda em Estados como o Mato Grosso a liberdade provisória é muito maior, nesse viés como o próprio CNJ apontou é necessário a troca de informações e experiências dos tribunais para a melhoria e aprimoramento das práticas da audiência de Custódia.

Nesse viés, em relação audiência de custódia implantada em Curitiba 3370 receberam a liberdade provisória sem fiança e 1481 receberam a liberdade provisória com fiança.

5.7 Do emprego das Medidas Cautelares Diversas da Prisão

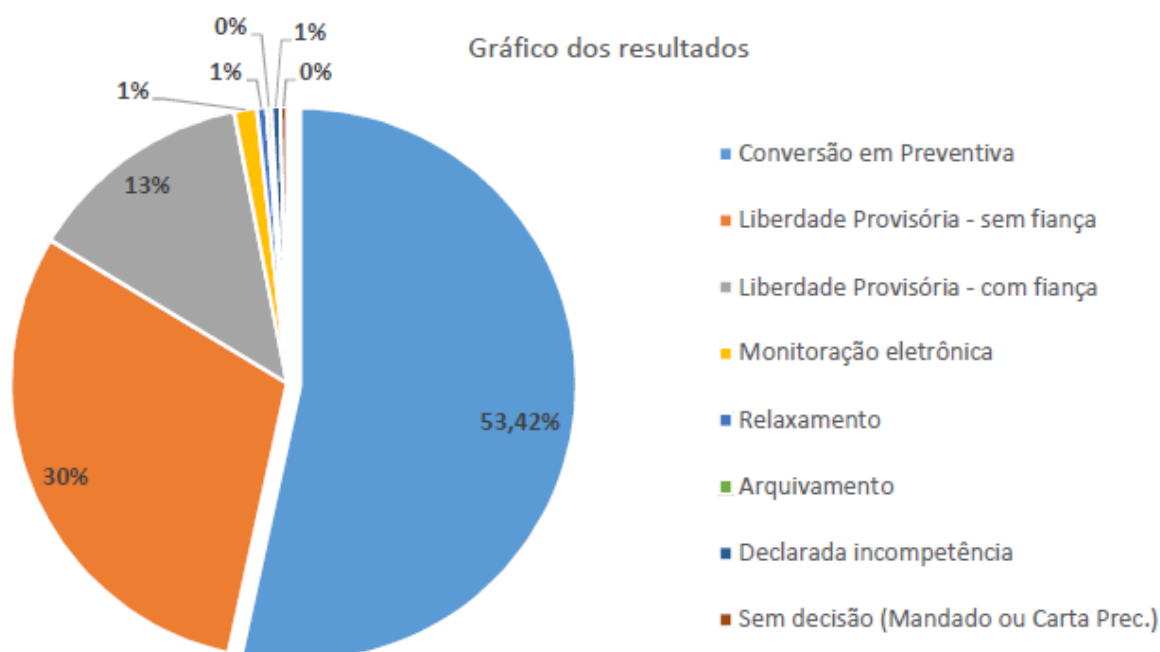
As medidas cautelares diversas da prisão buscam a substituição das penas privativas de liberdade por outras que possibilitem a reinserção do preso na sociedade, mas ao mesmo tempo dando um retorno a vítima.

São alguns dos exemplos dessas medidas a liberdade com fiança e a monitoração eletrônica que tiveram seus dados compilados e serão aqui também apresentados conforme figura abaixo:

Figura 20 - Estatísticas CACC –Medidas cautelares:

²¹ BALLESTEROS, Paula R. **Implementação das Audiências de Custódia no Brasil: Análise de Experiências e Recomendações de Aprimoramento**. [2016]. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus_direitos/politica-penal/politicas-2/alternativas-penais-1/arquivos/implementacao-das_audiencias-de-custodia-no-brasil-analise-de-experiencias-e-recomendacoes-de-aprimoramento-1.pdf>. Acesso em 28 set. 2017.

²² **Dados Estatísticos/ Mapa de Implantação**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia/mapa-da-implantacao-da-audiencia-de-custodia-no-brasil>>. Acesso em 27 out. 2017.



O emprego da liberdade com fiança prevista no art. 319, inciso VIII deve respeitar os requisitos do art. 282 do CPP, ela pode ser aplicada mesmo nos casos em que não tenha ocorrido a prisão em flagrante. Seu grande intuito é impedir a decretação da prisão preventiva nos casos em que ela não seja indispensável.

A liberdade provisória com fiança resultou em 1.481 concessões, correspondendo a 13%. Ainda, importante a título de comparação, a concessão da liberdade sem fiança resultou em 3.370 concessões correspondendo a 30%. (ESTATÍSTICAS - CACC, 2017, p. 5)

O art. 321 do CPP deve ser aplicado subsidiariamente a medida da liberdade provisória com fiança, pois ele dispõe sobre os valores a serem arbitrados a depender do caso.

É imprescindível a observância dos arts. 325 e 326, ambos do CPP, que dispõem sobre o princípio da proporcionalidade em relação aos valores para que não torne um empecilho no cumprimento da medida pelo preso.

A monitoração eletrônica é outra medida muito aplicada, porém polêmica pelas inúmeras críticas e falhas apontadas. No entanto, ela possibilita a aplicação da liberdade nos casos passíveis do recebimento dessa medida.

Segundo os dados da Central de Audiência de Custódia de Curitiba de um total de 8.063 flagrantes foram aplicadas a concessão da monitoração eletrônica em 148 casos correspondendo a 1,33%. (ESTATÍSTICAS - CACC, 2017, p. 5)

Os índices das medidas diversas da prisão aplicadas por cada juiz variam, a exemplo da baixa aplicação da monitoração eletrônica que decorre dentre outros problemas pela falta de aparato estatal e do controle e fiscalização do uso das tornozeleiras eletrônicas.

O indivíduo é devolvido para a sociedade, no entanto há uma resistência no emprego dessa medida por parte da autoridade judiciária, pela falta de fiscalização e de uma tecnologia segura que tenha um controle confiável (OLIVEIRA, “ET AL”, 2017, p. 2012).

Segundo os autores Oliveira “et al”, o baixo emprego da monitoração eletrônica não se dá por falha da audiência de custódia, mas por falta de investimentos e atenção de políticas que assegurem o resultado da medida, conforme:

Após quase seis anos de vigência da Lei 12.403/2011 e de mais de dois anos de implantação dos primeiros projetos de audiência de custódia no Brasil, a monitoração eletrônica ainda patina na falta de uma política nacional de regulamentação e de aquisição de equipamentos duráveis dotados de tecnologia confiável. (OLIVEIRA, “et al”, 2017, p. 212).

Ainda, pela má gestão, falta de recursos orçamentários de vários estados deixaram de renovar os contratos ou passaram a rescindir os contratos de serviços de monitoração eletrônica.

A decretação da prisão preventiva em situações onde as medidas cautelares alternativas seriam suficientes para resguardar é um dos grandes prejuízos decorrentes da própria incredibilidade dos juízes para com esse sistema.

5.8 Dados gerais sobre a Audiência de Custódia

No ano de 2016 foi publicado o Relatório Anual do Conselho Nacional de Justiça, que traz estatísticas do Poder Judiciário, dentre elas das audiências de custódia.

As informações foram prestadas pelas Comissões Permanentes do CNJ, pelas Unidades da estrutura orgânica do CNJ e da Corregedoria Nacional de Justiça.

Por meio do documento mencionado buscou-se demonstrar os principais resultado e benefícios da implantação das audiências de custódia. Assim um dos principais resultados diagnosticados foi a redução de aproximadamente 65.344 prisões desnecessárias de acordo com dados atualizados até setembro de 2016. (REL. ANUAL DO CNJ, 2016, p. 83).

Outro ponto, positivo, conforme dados dispostos no Relatório Anual (2016, p. 83-84) foram os baixos índices de reincidência entre as pessoas que passaram pelas audiências de custódia independente se foi ou não empregada medida cautelar²³.

O aprimoramento da atuação judicial nas hipóteses de ocorrência de violência estatal, ao ensejo do ato de prisão. Foram denunciados 6.766 casos de violência no ato de prisão até julho de 2016, tais denúncias foram levadas ao conhecimento do Poder Judiciário e tomadas as medidas judiciais cabíveis. (REL. ANUAL DO CNJ, 2016, p. 84).

Ainda, o fomento à necessária avaliação das políticas judiciárias relacionadas com o sistema de justiça criminal, resultado do enfrentamento à cultura do encarceramento, equivocadamente institucionalizada como política de segurança pública entre todos os atores do sistema de justiça e que conta com o apoio da sociedade em geral. (REL. ANUAL DO CNJ, 2016, p. 84).

Outro benefício é a "prevenção do pernicioso aliciamento endêmico de criminosos eventuais pelo crime organizado, com o rompimento do ciclo da delinquência corruptora que prevalece nos espaços prisionais". (REL. ANUAL DO CNJ, 2016, p. 84).

Por último, o trabalho conjunto dos tribunais e demais órgãos, possibilitando a comunicação entre eles conforme:

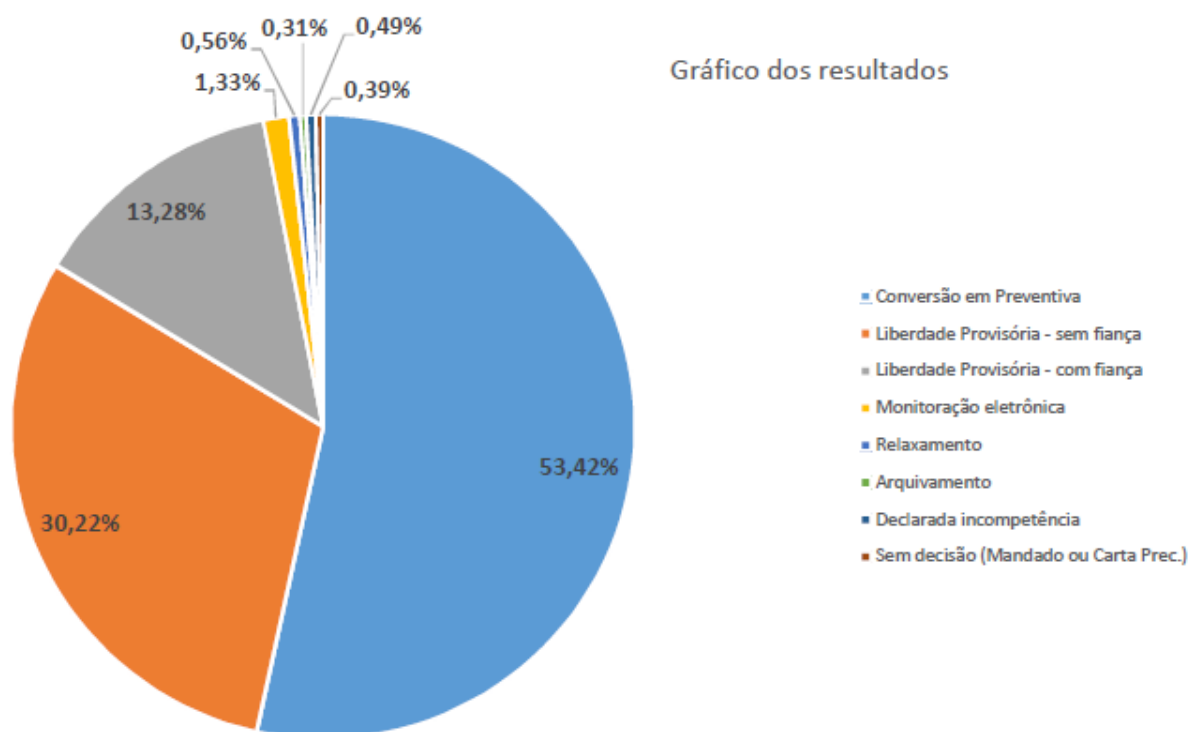
O engajamento mais consistente dos Tribunais de Justiça e dos governos locais, permitindo-lhes um trabalho mais integrado, dialogado e, sobretudo, comprometido com o escopo da significativa economia que as audiências de custódia podem render (estimado em R\$ 440.000.000,00 aos cofres públicos, até o momento), considerando o desperdício do custo de cada

²³CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório Anual 2016** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/02/7d8fa9ae6f181c5625e73f8184f10509.pdf>>. Acesso em 28 out. 2017.

preso para o Estado (da ordem de R\$ 3 mil ao mês), se recolhido indevidamente ao cárcere. (REL. ANUAL DO CNJ, 2016, p. 84

Nesse viés cabe demonstrar os resultados gerais dos dois anos de funcionamento da Central de Audiência de Custódia de Curitiba, quais sejam: a liberdade provisória, prisão preventiva a monitoração eletrônica dentre outros. (ESTATÍSTICAS - CACC, 2017, p. 5).

Figura 21 - Estatísticas CACC – Resultados gerais da Central de Audiência de Custódia de Curitiba:



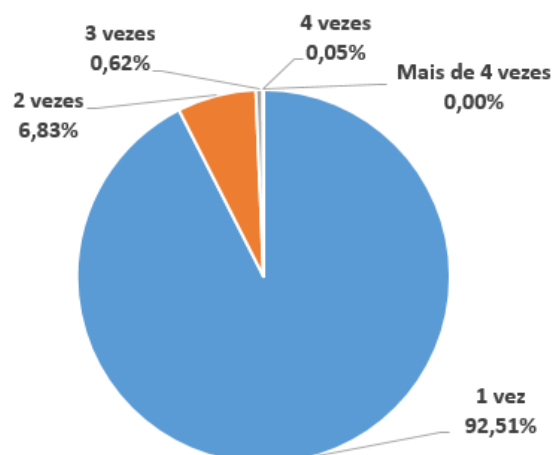
De acordo com os dados 8.063 audiências de custódia foram realizadas contabilizando nesse universo os graus de reincidência.

Há 59,35% de reincidência criminal em razão de mais de uma condenação, independentemente do prazo legal e 7,41% de reincidência na audiência de custódia. (ESTATÍSTICAS - CACC, 2017, p. 10).

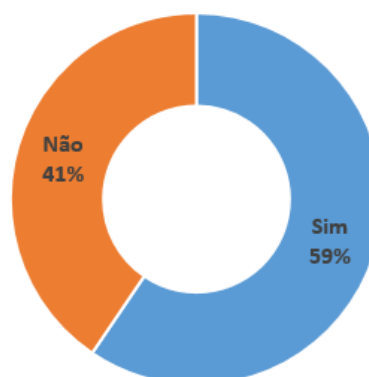
Figura 22 - Estatísticas CACC – Índices de reincidências:

Total de flagranteados na Audiência de Custódia
8607 Flagranteados
Total de flagranteados homens
7911 Flagranteados
Total de flagranteados mulheres
691 Flagranteados
Reincidência na audiência de custódia
7,49%
Reincidência Criminal
59,49%
Moradores de rua
0,76%

Reincidência na audiência de custódia



Reincidência Criminal



Conforme demonstrado nos resultados do Relatório anual e das estatísticas da Central de Audiências de Custódia de Curitiba os índices de reincidência são baixos nos casos daqueles que já passaram pela audiência de custódia.

Dessa forma, considerando o pouco tempo de implantação e muitos aprimoramentos a serem feitos a audiência de custódia apesar das críticas está revelando resultados positivos.

Mesmo que os dados não demonstrem resultados exorbitantes e uma mudança drástica nos índices de aprisionamento, porem ela é um instrumento que visa assegurar o respeito a todos os direitos fundamentais, pois a metade das pessoas que são presas em flagrante não precisam permanecer presas.

As audiências de Custódia conforme visão distorcida de seu objetivo não é um instrumento de aprisionamento ou somente de soltura. Esse instituto vem para

democratizar o sistema e quebrar o paradigma do sistema prisional que a prisão é a solução para o fim dos crimes. Depreende-se que a prisão isoladamente não ira resolver o problema da criminalidade.

5.9 Entrevistas com autoridades judiciais da Central de Audiência de Custódia de Curitiba

As entrevistas realizadas visam demonstrar o ponto de vista de pessoas que vivenciam e fazem parte da dinâmica da audiência de custódia.

Trata-se de entrevista sem registro formal somente por informação verbal.

1º entrevistado: Dr. Rubens dos Santos Junior

O primeiro entrevistado foi o Juiz Dr. Rubens dos Santos Junior, que está atuando na Central de Audiência de Custódia de Curitiba desde janeiro de 2017 até o momento atual (informação verbal)²⁴.

1ª - Quais os pontos que o Dr. considera positivos da audiência de custódia?

O principal ponto é a possibilidade de o juiz angariar mais elementos para decidir sobre a situação prisional do preso para uma concessão de liberdade provisória ou prisão preventiva. Eu estou aqui na central desde janeiro desse ano e nesse período foram mais de 4.000 mil audiências realizadas. Ainda, além de ser um instrumento de garantia ela é útil para a sociedade.

Além disso, a audiência de custódia dosa melhor a medida a ser empregada, pois com o contato pessoal entre o juiz e o preso é dada outra impressão ao caso. Porém, ainda existe muito preconceito por parte da sociedade, do próprio judiciário, magistrados e da polícia pela questão da violência policial apurada nas audiências.

²⁴ Entrevista fornecida pelo Dr. Rubens dos Santos Junior da Central de Audiência de Custódia de Curitiba, em outubro de 2017.

Vejo a audiência de custódia como um instrumento e não feita para soltar ou para prender ela é feita para que o juiz tenha uma decisão mais fundamentada com elementos colhidos na audiência.

2ª - A audiência de custódia serve como uma humanização do processo penal?

Trata-se da humanização do processo, tendo em vista que na audiência de custódia o preso tem contato com o juiz, que vai analisar o processo, assim a decisão acaba sendo mais humana e mais democrática. Anteriormente o juiz analisava a situação pelo art. 310 e em muitos casos no próprio gabinete - cheguei a fazer isso quando atuava no interior - o preso não era escutado e o Ministério Público não era ouvido, muito menos a defesa. Hoje com a audiência, após o colhimento da manifestação da defesa, do Ministério Público e do próprio preso, a tendência é adequar a decisão ao caso concreto.

3ª - Um dos intuitos da audiência de custódia é o impedimento do emprego da prisão de forma arbitrária e o consequente impacto no sistema penitenciário contribuindo para a diminuição dos elevados números da população carcerária. Diante disso em que sentido a audiência de custódia contribuiu para a diminuição da aplicação de prisões arbitrárias?

A audiência de custódia tem que ser vista como um instrumento, porque é o que ela é, um instrumento processual. É claro que o juiz possuindo mais elementos para fundamentar a sua decisão, acaba tendo como uma das consequências o maior índice de soltura, então, tem ocorrido isso.

Acredito que a redução deve ter havido, mas nada tão radical assim, pois o juiz deve avaliar a situação processual, porém entendo que ela contribua para isso, considerando que a prisão preventiva é excepcional.

A oralidade, possível na audiência, é muito importante, pois a fala possui um poder de convencimento maior. A reserva a ser feita é que não deve pensar a audiência só como um instrumento de soltura, pois há parâmetros que devem ser seguidos.

4ª - A presença de policiais na realização da audiência de custódia pode ser considerada como uma intimidação do preso na realização de denúncias de maus-tratos e tortura?

Acredito que não, pois a escolta policial é extremamente necessária. Sempre foi assim e sempre será assim. Não tem como ser diferente uma vez que é preciso manter a segurança de todos que estão ali na audiência.

O preso está na presença do juiz, Ministério Público e o defensor, então seria difícil haver intimidação até porque eu sempre pergunto e deixo a pessoa bem à vontade.

A escolta é necessária, pois as vezes trata-se de uma pessoa perigosa. Ainda, a Resolução 213/2015, prevê que o policial envolvido no procedimento da prisão em flagrante não pode realizar a escolta até a Central de audiência.

Dessa forma, observando esses termos, entendo não haver problemas, no entanto, em comarcas pequenas pode ser mais difícil seguir essa regra tendo em vista que os mesmos policiais que efetuam a prisão, escoltam o preso na audiência de custódia em razão do efetivo ser pouco.

5ª - A Central de audiências de Custódia de Curitiba tornou-se referência pela organização, trabalho e resultados. O que o Dr. considera como diferencial e que poderia ser compartilhado com outras comarcas ou outros tribunais?

A Central aqui é muito organizada e há um juiz, um promotor e um defensor para realizar todas as audiências, tendo em vista o tamanho de Curitiba e o número de flagrantistas.

Somente um juiz realiza as audiências, porém dessa forma o tratamento é homogêneo nas decisões e os critérios são os mesmos para a concessão de preventiva e liberdade provisória.

Desconheço outras centrais para poder dizer se poderíamos servir de exemplo ou não, no entanto, os profissionais que atuam aqui possuem o perfil e são empenhados. A Central de Audiências de Curitiba possui um bom desempenho em razão de todo o corpo profissional que atua aqui.

Passam pela central em média de 5.000 a 6.000 casos por ano. Apesar do espanto pela quantidade de audiências realizadas, beirando 60 por dia, os processos são analisados cuidadosamente. O número de processos é grande, porém, ainda possibilita que apenas um juiz atue aqui, essa homogeneidade é importante nas decisões.

São criadas escalas de valores de acordo com a gravidade da conduta, dessa forma o juiz pode comparar condutas e prolatar a decisão justa. Qualquer caso pode ter a liberdade provisória concedida ou a prisão preventiva decretada, porque o caso concreto é analisado.

6ª - O Paraná é um dos locais em que está sendo testado o SISTAC, esse sistema foi criado pelo CNJ e futuramente deve ser implantado em todo o Brasil. Além do sistema já criado a Central de Audiência de Curitiba se preocupou e elaborou uma compilação de dados mais minuciosa. Em relação a essas estatísticas o Dr. as vê como uma melhoria?

É importante esses dados, pois é um filtro social muito grande, em relação as pessoas que vêm para a custódia, há por trás o problema jurídico e além disso há o problema social.

Está em desenvolvimento o projeto para introduzir uma assistência social aqui na custódia, porque muitas pessoas chegam com uma situação de vulnerabilidade social e isso é bem comum.

Além disso, essas informações compiladas são importantes para o estudo jurídico dos casos e também para estudos na área sociológica, criminologia e também para encontrar soluções a partir do estudo desses dados.

7ª - Quais os aspectos positivos e negativos da monitoração eletrônica?

Em relação a realidade do Paraná é uma medida muito interessante, porém, o problema é que não existe efetiva fiscalização. Hoje são fiscalizados apenas o rompimento da tornozeleira, então a eficácia do instituto é prejudicada. Há uma má execução da política pública, a monitoração se tornou um instrumento que no papel

é bom, mas na prática possui um resultado diverso e acaba comprometendo a utilização do instituto.

2º Entrevistado: Promotor Luiz Carlos Halvas Filho

Trata-se de entrevista sem registro formal somente por informação verbal.

O segundo entrevistado é o Promotor Luiz Carlos Halvas Filho, que está atuando na Central desde a sua implantação (informação verbal)²⁵.

1ª - Quais os pontos que o Dr. ressalta como positivos da Audiência de Custódia?

A pessoalidade da audiência de custódia que é essa possibilidade de contato da pessoa detida com o juiz, que traz mais informações para análise do caso concreto. A decisão é sempre o caso concreto essa pessoalidade traz elementos a mais que não estão nos autos. Prevalece o direito de liberdade.

2ª - A audiência de custódia representa a humanização do processo penal?

Pode existir humanização na medida em que o juiz, promotor e o delegado tratem as pessoas com mais humanidade, pois depende muito da postura de cada um. Na realidade a gente vê que muitos dessas figuras tratam o acusado como alguém abjeto. É preciso diferenciar o que a pessoa fez da própria pessoa.

Por mais que o ato seja reprovável, não posso reprovar o ser humano enquanto ser humano. Na audiência de custódia não cabe o julgamento e não podemos antecipá-lo.

3ª - Um dos intuitos da audiência de custódia é o impedimento do emprego da prisão de forma arbitrária e o consequente impacto no sistema penitenciário contribuindo para a diminuição dos elevados números da população carcerária. Diante disso em que sentido a audiência de custódia contribuiu para a diminuição da aplicação de prisões arbitrárias?

²⁵ Entrevista fornecida pelo Promotor de Justiça Dr. Luiz Carlos Halvas Filho da Central da Central de Audiência de Custódia de Curitiba, em outubro de 2017.

A audiência de custódia não foi criada para isso ela é embasada em direitos humanos, a Resolução é um regulamento, não é lei. A base normativa desse instrumento é a convenção de direitos humanos e o direito da pessoa presa ser apresentada ao juiz e ter a devida análise do caso concreto.

Há o intuito de diminuir os índices de prisão provisória, pois o poder executivo descumpre a sua função na segurança pública ao longo do tempo.

Eu sou promotor a 20 anos e vi uma gangorra entre presos em delegacia e presos em unidades prisionais e não havia vagas os condenados ficavam em delegacias, e não haviam condições mínimas de sobrevivência.

Após muitos apelos as pessoas que cumpriam pena em delegacias foram transferidos para presídios com isso foi enchendo cada vez mais, pois não foram criadas novas vagas e assim sucessivamente. Os nossos presídios não foram criados para suportar tamanha lotação.

Não há investimento em segurança pública ou serviços essenciais a população, dessa forma o problema foi jogado do executivo para o judiciário resolver, pois se está prendendo demais. O que tem que acontecer é que os tribunais superiores obriguem que os estados façam seu papel, pois dinheiro não falta.

O judiciário precisa exercer o seu papel, que é selecionar os casos se a pessoa não oferece risco a sociedade ou a vítima, e então não há o porquê dele estar preso, mas se oferece é preciso que o estado crie vagas. Então a custódia não é para soltar nem para prender. É para analisar o caso concreto.

Aqui em Curitiba temos um grande volume de casos e em razão disso temos uma base grande para julga-los e ser mais justos. No sistema de rodízio, os juízes não possuem essa quantidade de casos para afinar os critérios e o juiz acaba decidindo mais com seus pré-conceitos do que efetivamente com as normas jurídicas e sua experiência prática.

Percebi que quando existiam aqui os rodízios de juízes sendo eles de vários perfis uns mais rigorosos outros mais garantistas todos eles foram mudando seus posicionamentos à medida que possuíam maior volume de casos passaram a ter um critério mais racional para decidir os processos.

Os juízes que passaram mais tempo na custódia, com a prática, foram modificando seus conceitos e deixaram de lado seus pré-conceitos, com isso foram adquirindo novos.

4ª - A presença de policiais na realização da audiência de custódia pode ser considerada como uma intimidação do preso na realização de denúncias de maus-tratos e tortura?

O CNJ veda a presença do mesmo policial que participou do procedimento da prisão, esse problema poderia ocorrer em cidades interioranas, pois há pouco policiamento. Eu trabalhei em comarcas que a polícia de plantão era a mesma, então eles efetuavam a prisão e eles que traziam para o fórum.

A instrução normativa proíbe isso, e não ocorre nas capitais, pois na escolta são policiais diferentes. Claro que a presença policial vai intimidar, mas temos um problema muito sério, especialmente com a Súmula vinculante nº 11, ou a pessoa está presa porque ela oferece risco a sociedade ou ela não deveria estar presa.

Então em nenhum lugar do mundo uma pessoa presa não é transportada algemada ou ela não deveria estar presa. Nós não sabemos quem vem aqui, não tem como saber, por isso, a pessoa presa tem que ser transportada com toda a segurança, até porque aqui tem dias em que passam pela central mais ou menos 60 presos e temos apenas 05 policiais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou trazer uma reflexão sobre a situação prisional do Brasil, contrapondo com a implantação das audiências de custódia no país, seus efeitos e resultados práticos. Dessa forma, por meio de uma análise de dados buscou-se trazer aspectos referentes a Central de Audiências de Custódia de Curitiba.

Há críticas e elogios em relação as audiências, no entanto, ela representa uma forma de propiciar o contato direto do preso com o juiz isso proporciona a chance de que a pessoa presa em flagranteado seja ouvido.

O juiz reúne elementos mais concretos em relação ao caso, e sua decisão tende a ser mais justa, bem como seja garantido os direitos daquele cidadão detido.

Através dos dados também foi possível observar vários aspectos atinentes ao perfil social das pessoas que passaram pela Central de Audiência que são muito importantes para o conhecimento da realidade dessas pessoas.

Ainda, em relação a utilização do sistema de rodízio utilizado em várias centrais de acordo com a sua peculiaridade, restou demonstrado a exemplo de Curitiba, que os juízes que permaneceram mais tempo na Central possuem os índices de resultados mais baixos. Um exemplo é a liberdade provisória e a conversão da prisão em flagrante em preventiva pode-se dizer que o juiz vai se adaptando a realidade da audiência de custódia e modificando seus pré-conceitos.

Por outro lado, os resultados dependem muito das figuras que realizam as audiências, pois depende de cada magistrado, do Ministério Público e do próprio defensor buscar humanizar esse procedimento e assegurar a garantia dos direitos de cada pessoa que é presa.

Depreende-se um dos grandes objetivos da audiência de custódia já foram alcançados, pois ela um instrumento que visa controlar os abusos cometidos pelas autoridades policiais, oportunizando a denúncia e o contato direto do preso com o juiz mediante a realização da audiência de custódia em tempo hábil após a sua prisão.

A implantação desse instituto no Brasil por meio da Resolução 213/2015, criou grandes expectativas principalmente em relação a redução de presos

provisórios. Os dados publicados pelo CNJ demonstram que até junho de 2017, das audiências de custódia realizadas em todo o Brasil 115.497 mil pessoas foram libertadas.

No entanto, tendo em vista a sua criação e desenvolvimento somente a dois anos e diante das críticas sobre representar ou não um número baixo, há de se entender que as audiências não representam um instrumento somente de soltura ou de prisão.

Esse instrumento pode ser considerado um filtro antes da decisão que poderá converter, por exemplo, a prisão em flagrante em prisão preventiva. O diagnóstico em termos gerais não foi trazido nessa pesquisa sobre a audiência de custódia a nível nacional, no entanto, procurou-se demonstrar os resultados no que tange a implantação das audiências de Custódia de Curitiba.

Por fim, espera-se que a audiência de custódia não se torne apenas um processo, que ela não seja desvirtuada por práticas abusivas e sem o mínimo de atenção e garantia de direitos.

Além disso, que não seja depositada nela toda a responsabilidade como solução da falência do sistema prisional, pois isso desvirtuaria o seu objetivo.

O presente trabalho buscou trazer a realidade da central de audiências de Curitiba ainda que de maneira rudimentar e ressaltar as estatísticas criadas pela Central que em muito contribuem para a visualização dos resultados.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mauro Fonseca.; AFLEN Pablo Rodrigo. **Audiência de Custódia – Comentários à Resolução Nacional de Justiça**. 2ª ed. rev. e atual. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado. 2017.

BALLESTEROS; Paula R. **Audiências de Custódia e prevenção à tortura: análise das práticas institucionais e recomendações de aprimoramento**. 2016. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/alternativas-penais-1/arquivos/audiencias-de-custodia-e-prevencao-a-tortura-analise-das-praticas-institucionais-e-recomendacoes-de-aprimoramento-1-correto.pdf>>. p. 41-42. Acesso em 05 out. 2017.

BALLESTEROS; Paula R. **Implementação das Audiências de Custódia no Brasil: Análise de Experiências e Recomendações de Aprimoramento**. 2016. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/alternativas-penais-1/arquivos/implementacao-das-audiencias-de-custodia-no-brasil-analise-de-experiencias-e-recomendacoes-de-aprimoramento-1.pdf>>. Acesso em 28 set. 2017.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. Rio de Janeiro: Ed, Revan Ltda, 1999

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal 1 – parte geral**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Brasília. **Resolução 213, de 15 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/resoluo-n213-15-12-2015-presidencia.pdf>. Acesso em 10 out. 2017.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brazil de 25 de março de 1824**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 27 set. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 29 set. 2017.

BRASIL. **Decreto - Lei nº 678, de 6 de novembro de 1992.** Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>. Acesso em 29 set. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.** Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em: 29 set. 2017

BRASIL. **Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.** Altera sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm>. Acesso em 03 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.403, de maio de 2011.** Altera dispositivos do Decreto – Lei nº 3.689. de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança. Liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12403.htm>. Acesso em 02 out. 2017.

BRASIL. Secretária da Segurança Pública e Administração Penitenciária. **Secretário acompanha a primeira audiência de Custódia no Centro de Custódia de Curitiba.** [2015]. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=9504>>. Acesso em 05 out. 2017.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011.** Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4451474&disposition=inline>. Acesso em 05 out. 2017.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal.** 16ª ed. Editora Saraiva, 2009.

Centro de Custódia de Curitiba realiza suas primeiras audiências. dez. 2015. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset_publisher/1IKI/content/centro-de-custodia-de-curitiba-realiza-suas-primeiras-audiencias/18319?inheritRedirect=false>. Acesso em: 05 out. 2015.

Convenção Americana sobre Direitos Humanos. 1969. Disponível em: http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/c.Convencao_Americana.htm. Acesso em: 29 set. 2017.

Convenção Americana de Direitos Humanos (1969) - Pacto de São Jose da Costa Rica.

<<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>>. Acesso em 04 out. 2017.

Convenção Europeia dos Direitos do Homem. 1950. Disponível em: <http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf>. p, 6. Acesso em 29 set. 2017.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos. 1959. Disponível em: <<https://cidh.oas.org/que.port.htm>>. Acesso em: 29 set. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/09/0a99a0ab0eb26b96fdeaf529f0dec09b.pdf>>. Acesso em 05 out. 2017. p. 30

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - Relatório Anual 2016 Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/02/7d8fa9ae6f181c5625e73f8184f10509.pdf>>. Acesso em 07 out. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – Relatório de Gestão – Supervisão do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de execução de Medidas Socioeducativas -DMF. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/04/23902dd211995b2bcba8d4c3864c82e2.pdf> Acesso em: 10 out. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Reunião Especial de Jurisdição. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/02/b5718a7e7d6f2edee274f93861747304.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2017.

Dados das audiências de custódia serão monitorados por sistema do CNJ. out. 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80786-dados-das-audiencias-de-custodia-serao-monitorados-por-sistema-do-cnj>>. Acesso em 10 out. 2017.

Dados Estatísticos/ Mapa de Implantação. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia/mapa-da-implantacao-da-audiencia-de-custodia-no-brasil>>. Acesso em 05 out. 2017.

Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – junho de 2014.**

<<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em 04 out. 2017.

Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – dezembro de 2014.**

<http://www.justica.gov.br/seusdireitos/politicapenal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em 04 out. 2017.

FRAGOSO, Cláudio Heleno. **Lições de Direito Penal: A nova parte geral.** 11º ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987, p. 59

Juiz aplica medida cautelar em primeira audiência de custódia do Paraná. 2015.

Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80039-juiz-aplica-medida-cautelar-em-primeira-audiencia-de-custodia-no-parana>>. Acesso em 05 out. 2017.

Lei nº 7.690, de 21 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7960.htm>. Acesso em: 03 out. 2017

LIMA, Renato Brasileiro de. **MANUAL DE PROCESSO PENAL.** 2ª ed. Bahia: Jus Podivm, 2014.

LOPES JR, Aury. **Direito Processual Penal.** 11ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Manual de Gestão para Alternativas Penais: medidas cautelares diversas da prisão. [2016]. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/alternativas-penais-1/arquivos/manual-de-gestao-para-alternativas-penais-medidas-cautelares-diversas-da-prisao>>.pdf. Acesso em: 01 out. 2017.

MELO, Raphael. **Audiência de Custódia no Processo Penal.** Belo Horizonte: Editora D'Placido, 2016.

OLIVEIRA, Gisele Souza de. et al., Sérgio Ricardo de; SILVA, Willian. **Audiência de Custódia: Dignidade Humana, controle de constitucionalidade, prisão cautelar e outras alternativas (Lei 12.403/2011).** 3ª. Ed. ver.atual.ampliada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

PAIVA, Caio. **Audiência de Custódia e o Processo Penal Brasileiro.** Florianópolis: Ed. Empório do Direito. 2015. p, 31

Paraná poderá economizar R\$ 75 milhões ao ano com Audiência de Custódia. ago. 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80037-parana-podera-economizar-r-75-milhoes-ao-ano-com-audiencia-de-custodia>>. Acesso em 05 out. 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direito Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 14ª ed, ver. E atual - São Paulo: Saraiva, 2013

Plenário confirma validade de normas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sobre Audiência de Custódia. ago. 2015. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=298112>>. Acesso 02 out. 2017.

SCHECARIA, Sérgio Salomão; JUNIOR, Alceu Corrêa. **Teoria da pena.** São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 2002.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia Radical.** Curitiba Ed. ICPC Ltda, 2 ed, 2006, 139 p.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Ação Direta de Inconstitucionalidade. Provimento conjunto 03/2015 do Tribunal de Justiça de São Paulo. Audiência de Custódia.** Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10167333>>. Acesso em 06 out. 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Distrito Federal. **Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347.** Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>>. Acesso em 03 out. 2017.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal.** 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório de Análise Preliminar do Sistema Prisional.** Plano Anual de Fiscalização. 2017. Disponível em: <<http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/imprensa/2017/RelatorioTCESistemaPrisional.pdf>>. Acesso em 01 out. 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. **Estatísticas da Central de Audiências de Custódia de Curitiba**. Curitiba, 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. **Mandado de Segurança nº 2031658-86.2015.8.26.000**. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/dl/ms-audiencia-custodia-negado.pdf>>. Acesso em 05 out. 2017.

A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro – 2016. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2016/Livro_sistema_prisional_web_7_12_2016.pdf>. Acesso em 03 out. 2017